



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026 PROCESSO DE COMPRA Nº 28/2026

Torna-se público que a **Câmara Municipal de Cubatão** realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **pregão, na forma eletrônica**, com critério de julgamento por **menor preço por item**, sob o **modo de disputa aberto**. O certame será regido pela **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e regulamentado internamente pela **Portaria CMC nº 384/2025**.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para a aquisição de materiais de expediente de escritório, visando à reposição, manutenção e ampliação do estoque da Câmara Municipal de Cubatão, incluindo a logística de entrega parcelada e gradual conforme a necessidade**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada mediante a **divisão da disputa por itens independentes e autônomos**, consagrando o princípio do parcelamento do objeto para ampliação da competitividade e obtenção de economia de escala.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, observadas as exigências e os padrões de embalagem coletiva e apresentação comercial descritos neste Edital e seus anexos.

1.4. O orçamento estimado da presente contratação **não será de caráter sigiloso**.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No presente certame, a **participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Cubatão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.12. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara Municipal de Cubatão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Câmara Municipal de Cubatão.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14. A vedação de que trata o item 2.7.11. se justifica em razão de o objeto consistir em bens comuns, de pronta entrega, sem alta complexidade técnica ou vulto financeiro elevado. Conforme o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a admissão de consórcios serve para ampliar a competitividade em objetos complexos que empresas isoladas não conseguiriam cumprir. Para materiais de expediente, o mercado varejista e atacadista é competitivo e independente, justificando-se a vedação para evitar a concentração de mercado e complexidade burocrática desnecessária.

2.15. A vedação de que trata o item 2.7.12. se justifica em razão de que o fornecimento será global para 12 meses sob demanda, exigindo que os materiais sejam entregues novos, em embalagens originais de fábrica fechadas, como caixas fechadas de canetas e pacotes de papel. Além disso, exige-se capacidade logística de faturamento, transporte e descarregamento comercial na sede da Câmara. Pessoas físicas não emitem notas fiscais de venda mercantil de forma regular e abundante, conforme padrão do comércio atacadista/varejista de papelaria. Desse modo, a vedação está respaldada, pois o objeto exige uma estrutura comercial mínima de distribuição mercantil incompatível com a natureza de profissional autônomo.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5.1. Como, para a presente licitação, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.5.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

- 3.5.2.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 3.5.2.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.5.2.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.2.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.2.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.2.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.5.2.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.5.2.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.5.2.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;
- 3.5.2.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 3.5.2.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e;

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário por item e valor total do item, considerando a unidade de medida especificada, como unidade, pacote, caixa ou bloco, e o respectivo quantitativo estimado indicado na tabela constante do item 1.1. do Termo de Referência;

4.1.2. marca do material de expediente ofertado;

4.1.3. fabricante do produto;

4.1.4. quantidade total cotada, devendo respeitar obrigatoriamente o quantitativo integral estimado para o respectivo item na tabela de especificações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. No valor unitário ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, tais como tributos, fretes, encargos trabalhistas e previdenciários, lucros, não sendo admitido qualquer pleito de pagamento adicional a esse título.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8.1.1. A adoção do prazo de 90 dias fundamenta-se na Recomendação nº 1/2026 da Comissão de Controle Interno da Câmara. O referido órgão de controle identificou que o prazo usual de 60 dias tem se mostrado exíguo para a conclusão da análise prévia à homologação, considerando a complexidade das fases do certame e eventuais interposições de recursos. Não foram identificados óbices técnicos no Estudo Técnico Preliminar que justifiquem a manutenção do prazo inferior de 60 dias.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: a) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 33, inciso X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou b) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)** para todos os itens deste certame.

5.8.1. A fixação atende ao comando do artigo 78 da Portaria CMC nº 384/2025, que prevê a definição desse parâmetro para organizar a fase competitiva. Os materiais de expediente estão distribuídos por itens de valor unitário reduzido e homogêneo. A aplicação de um percentual padrão sobre itens de valor diminuto resultaria em lances com variações de frações insignificantes de centavos. Isso estenderia a sessão pública artificialmente, gerando desgaste operacional e burocrático para o Pregoeiro. O valor de R\$ 0,05 atua como uma margem ponderada e equilibrada, impedindo a ocorrência de lances com valores irrisórios de R\$ 0,01 ou menos, que servem apenas para protelar a disputa, mas mantém a barra de redução acessível o suficiente para que distribuidoras e pequenos fornecedores do setor varejista continuem competindo de forma justa até o limite de suas margens de lucro.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.11. Como será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na referida lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **6 (seis) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx#gsc.tab=0>); e

6.1.7. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

6.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **6 (seis) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **6 (seis) horas**, para:

7.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015).

8. TERMO DE CONTRATO

6.1. 8.1. O **instrumento de contrato será substituído pela Autorização de Fornecimento**, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção desse instrumento simplificado justifica-se pela natureza padronizada do objeto, pela baixa materialidade econômica da contratação e pelo fato de que, embora o fornecimento seja parcelado, sob demanda, cada entrega configura execução imediata e integral, regida pela Ata de Registro de Preços como relação jurídica principal, sem obrigações futuras de assistência técnica continuada.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de envio eletrônico, para aceitar a Autorização de Fornecimento. O não aceite injustificado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Câmara para aceitar a Autorização de Fornecimento, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três) dias úteis**; ou

c) outro meio eletrônico, como e-mail ou aplicativo de mensagem instantânea, assegurado o prazo de **3 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.5. O aceite da Autorização de Fornecimento pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

8.5.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital de Licitação, na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência e em seus anexos;

8.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **20 (vinte) minutos**;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação ao pregoeiro via sistema ou via e-mail cpl@cubatao.sp.leg.br.

12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. O licitante ou a contratada que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara Municipal de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 12.1.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.1.2. As sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.2. Na aplicação das sanções a que se refere o item 12.1, serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Câmara;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.1. São circunstâncias agravantes da sanção:

12.2.1.1. a existência de registro do licitante ou da contratada no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções ou na Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

12.2.1.2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

12.2.1.3. a inércia deliberada do licitante ou da contratada em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

12.2.1.4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

12.2.2. São circunstâncias atenuantes da sanção:

12.2.2.1. a falha escusável do licitante ou da contratada;

12.2.2.2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por esses últimos;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.2.2.3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

12.2.2.4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

12.3. A **advertência** será aplicada à contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Câmara.

12.4. A **multa**, aplicável à contratada ou ao licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

12.4.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, corridos, aplicada em acréscimo à da alínea “a”;

c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

12.4.2. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta seção.

12.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.5. A sanção de **impedimento de licitar ou contratar no âmbito desta Câmara** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas previstas nas alíneas adiante especificadas do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- a) por 2 (dois) meses: deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) por 4 (quatro) meses: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) por 1 (um) ano: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) por 2 (dois) anos: dar causa à inexecução total do contrato.

12.5.1. Os prazos de que trata este item poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

12.6. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) se justificarem a imposição de penalidade mais grave:

- 1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.6.1. A aplicação da sanção prevista neste item impedirá a contratada ou o licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

12.6.1.1. O prazo a que alude este item poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

12.6.2. Para os fins da conduta de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

12.7. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à Procuradoria Legislativa.

12.7.1. Nas contratações em que houver prestação de garantia, os emitentes desta deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7.2. Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento da notificação, cabendo ao Gestor Legislativo da Câmara decidir sobre o sancionamento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.7.2.1. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá a contratada ser comunicada de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

12.7.3. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados por portaria do Presidente da Câmara, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.7.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

12.7.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.7.3.3. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

12.7.3.4. Os processos de responsabilização previstos neste item deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Procuradoria Legislativa da Câmara para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

12.7.3.5. Após a manifestação da Procuradoria Legislativa, o relatório final da comissão será encaminhado ao Gestor Legislativo da Câmara, a quem compete:

- a) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- b) encaminhar o processo ao Presidente da Câmara, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.7.4. Da decisão do Gestor Legislativo da Câmara que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação.

12.7.4.1. O recurso de que trata este item será dirigido ao Gestor Legislativo da Câmara, que deverá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

12.7.4.2. Caso o Gestor Legislativo da Câmara decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente da Câmara, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**.

12.7.5. Da decisão do Presidente da Câmara que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado de seu protocolo.

12.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

12.7.7. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de notificação ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Fornecimento ou na Ordem de Execução de Serviços, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina, ou para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.7.7.1. Os endereços de e-mail referidos neste item serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.7.7.2. Resultando infrutífera a intimação por meio do endereço eletrônico, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.

12.8. A imposição das sanções previstas no presente instrumento não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Cubatão.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.9. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal e as providências de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

12.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

12.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13. Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Presidente da Câmara poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.14. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal de Cubatão.

12.14.1. Considera-se dia do começo do prazo:

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.14.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

12.15. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no SICAF, na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de **15 (quinze) dias úteis**.

12.16. É admitida a reabilitação do licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

12.16.1. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.17. Os débitos da contratada para com a Câmara Municipal de Cubatão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por campo próprio da plataforma eletrônica utilizada ou via e-mail cpl@cubatao.sp.leg.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cubatao.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar;

14.11.2. ANEXO II - Termo de Referência;

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta;

14.11.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.4.1. CADASTRO RESERVA;

14.11.4.2. ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;

14.11.4.3. ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP.

14.11.5. ANEXO V - Minuta da Autorização de Fornecimento;

Cubatão, 26 de junho de 2026.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cubatão



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Processo de Compra nº 28/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, e seu objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade da Câmara Municipal de Cubatão/SP, abaixo especificada, e identificar a melhor solução para supri-la, visando fundamentar a elaboração do termo de referência, em observância às normas vigentes, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Portaria CMC nº 384/2025.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação tem como objetivo suprir a necessidade identificada de **reposição, manutenção e ampliação do estoque de materiais de expediente de escritório** para esta Câmara Municipal de Cubatão. A unidade requisitante informou a necessidade de abertura deste novo certame em razão de o Processo de Compra nº 38/2025 ter restado parcialmente fracassado. Naquela ocasião, embora 44 itens tenham sido adjudicados com êxito, os itens constantes no presente processo foram declarados fracassados por apresentarem valores superiores ao preço máximo admitido pelo órgão, contribuindo para o cenário de desabastecimento.

2.1.1. Ressalta-se que a inclusão de novos materiais no escopo desta contratação busca atender a demandas reprimidas e aprimorar a regularidade dos procedimentos administrativos. O início do fornecimento possui previsão de pedido imediato logo após a conclusão do certame, com entrega parcelada conforme a necessidade, estando devidamente formalizado por meio do DFD 44 do PCA 2026.

2.2. A estimativa da demanda fundamenta-se na projeção de utilização regular e no histórico de consumo. Para os itens com histórico, como canetas, pastas registradoras, fita adesiva e clips, os quantitativos foram calculados com margens de segurança e acréscimos de até 20% para evitar o desabastecimento. Para as demandas novas ou recentes, como blocos adesivos, régua, organizadores e placas de mesa, a estimativa baseou-se em previsões mensais de consumo ou na distribuição por postos de trabalho. Destaca-se, ainda, o atendimento a projetos específicos, como o fornecimento de papel vergê para os certificados do programa de visitação "A CASA É SUA", da Escola do Legislativo e do Serviço de Comunicação Social, além de materiais de apoio, como o flip chart, solicitados pela FGV para o MBA em Políticas Públicas ministrado *in Company* aos servidores.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.3. Sob a ótica do interesse público, a contratação é classificada como de **alto grau de prioridade**, visto que se trata de insumos essenciais e de natureza rotineira. A indisponibilidade desses materiais compromete diretamente a tramitação de processos, a elaboração de documentos oficiais, o atendimento ao público e o suporte às áreas técnicas e operacionais, gerando impacto imediato na prestação dos serviços públicos e na manutenção da regularidade administrativa e institucional.

2.4. A aquisição dos itens é imprescindível para:

2.4.1. garantir o funcionamento contínuo e eficiente das atividades administrativas do órgão, evitando a escassez que impactaria a execução das rotinas diárias;

2.4.2. viabilizar a tramitação interna de processos, suporte às áreas técnicas e operacionais e a confecção de documentos oficiais;

2.4.3. assegurar a realização de Atos Solenes, Audiências Públicas e a devida identificação de homenageados pelo Serviço de Comunicação Social;

2.4.4. permitir a regularidade das atividades de capacitação institucional de servidores e dos programas de integração comunitária e escolar da Câmara.

2.5. Portanto, a solução proposta visa sanar a escassez decorrente dos itens fracassados no certame anterior e garantir o abastecimento necessário para o período estimado de 12 meses, estabelecendo um prazo de fornecimento de até 15 dias corridos a partir do recebimento de cada Autorização de Fornecimento. Registra-se que os materiais serão empregados exclusivamente para fins institucionais e documentais, não se caracterizando como artigos de luxo, em consonância com as diretrizes da Portaria nº 384/2025 desta Câmara Municipal de Cubatão.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. A presente aquisição **consta do DFD 44 do Plano de Contratações Anual - PCA de 2026**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os materiais de expediente a serem adquiridos deverão ser novos, sem defeitos de fabricação, e atender às especificações técnicas, dimensões e quantitativos descritos, observando-se ainda:

4.1.1. Instrumentos de escrita e correção:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

a) as canetas esferográficas devem possuir corpo sextavado confeccionado em poliestireno cristal transparente e escrita média uniforme, acondicionadas em caixas com 50 unidades, adequadas para o uso contínuo nas rotinas administrativas;

b) os marcadores de página autoadesivos devem ser confeccionados em acrílico colorido translúcido, cores variadas, fáceis de destacar e reposicionar, e de composição não tóxica, indicados para a marcação de documentos, livros e processos;

c) os blocos de anotações autoadesivos, tipo Post-it, devem ser no formato 102 x 152 mm, na cor amarela, contendo no mínimo 100 folhas por bloco, confeccionados em papel de boa qualidade e com adesivo reposicionável de alta fixação e fácil remoção, sem danificar superfícies ou deixar resíduos.

4.1.2. Papéis e blocos especiais:

a) o papel vergê deve ser no formato A4, 210 mm x 297 mm, com acabamento fosco, sem brilho, na cor creme e com gramatura específica de 180g/m², destinado à confecção de certificados oficiais com critérios exigíveis de durabilidade, qualidade de impressão e apresentação visual;

b) os blocos flip chart devem ser compostos com 50 folhas, nas dimensões de 640 mm x 880 mm e gramatura mínima de 75g/m², destinados a servir de suporte pedagógico e material de apoio.

4.1.3. Artigos de organização, arquivo e escritório:

a) as pastas registradoras A-Z devem ser no tamanho ofício, com ferragem de alavanca, visor para identificação e acabamento sem cantos vivos ou rebarbas, na cor preta, divididas nos modelos de lombada estreita e lombada larga;

b) as pastas tipo "L" devem ser em polipropileno, leve e resistente, formato A4, nas cores transparente ou preta. As pastas do tipo catálogo devem ser do modelo executiva, em material resistente com capa rígida ou semirrígida, contendo 50 envelopes plásticos transparentes integrados;

c) os organizadores de mesa com três divisórias verticais devem ser em plástico ou acrílico, formato A4, na cor preta ou transparente. Os porta-canetas/organizadores devem ser em aço aramado, retangular ou cilíndrico, na cor preta ou transparente. As placas de identificação de mesa devem ser em acrílico tipo "V" com dupla visualização, nas dimensões de 10 x 21 cm;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

d) as réguas devem ser plásticas, transparentes ou fumê, graduadas em centímetros e milímetros, com comprimento de 20 cm, bordas retas e resistentes à quebra. As tesouras de escritório devem ser metálicas com lâmina afiada de aço, ponta arredondada e cabo em polipropileno, com tamanho entre 17 cm e 21 cm. Os cliques metálicos, zincados ou niquelados, devem atender aos tamanhos padrões 2/0 e 8/0. As fitas adesivas devem ser do tipo transparente multiuso, com largura de 45 mm e comprimento de 100 metros. As caixas de arquivo morto devem ser em papelão, leves e resistentes, com tampa, medindo aproximadamente 36 x 25 x 13 cm;

e) o flip chart, cavalete, se caracteriza como quadro reutilizável branco para escrita com marcador apagável, dotado de estrutura metálica, alumínio ou equivalente resistente, contendo suporte para fixação do bloco de papel e bandeja integrada para apoio dos marcadores.

4.2. Requisitos de embalagem e apresentação:

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, lacradas e adequadas para o transporte e armazenamento seguro, contendo externamente e de forma visível os dados de identificação do produto, marca, fabricante e a quantidade exata de unidades.

4.2.2. Para os itens de escrita e fixação contínua sujeitos a ressecamento ou perda de aderência, tais como as canetas esferográficas, os marcadores de página em acrílico, as fitas adesivas e os blocos de anotações autoadesivos, os produtos entregues deverão estar em perfeitas condições de conservação, garantindo a sua fluidez, fixação e funcionalidade imediata, sem apresentar sinais de desgaste ou ressecamento de seus componentes.

4.2.3. Os materiais solicitados em embalagens coletivas fechadas deverão respeitar rigorosamente as quantidades especificadas na tabela do Termo de Referência, observando-se as seguintes apresentações:

a) canetas esferográficas: caixas fechadas contendo exatamente 50 unidades cada uma;

b) marcadores de página autoadesivos: pacotes contendo exatamente 100 unidades cada um;

c) papel vergê creme: pacotes contendo exatamente 50 folhas cada um;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- d) papel para flip chart: blocos contendo exatamente 50 folhas cada um;
- e) pastas tipo "L": pacotes contendo exatamente 10 unidades cada um;
- f) clips de metal tamanho 2/0: caixas contendo exatamente 100 unidades cada uma;
- g) clips de metal tamanho 8/0: caixas contendo exatamente 25 unidades cada uma.

4.3. Requisitos de entrega e prazo:

4.3.1. O prazo para o fornecimento dos itens será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento. Esse prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada da contratada e expressa anuência do Gestor da contratação.

4.3.2. A aquisição poderá ou não ser realizada de forma total, com **entrega parcelada**, devendo os materiais ser fornecidos de forma gradual conforme a necessidade da unidade requisitante.

4.3.3. As entregas deverão ser efetuadas diretamente na sede da Câmara Municipal de Cubatão/SP, localizada na Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, CEP 11510-039, na cidade de Cubatão/SP, sob a responsabilidade e coordenação da Divisão Administrativa. O recebimento e a conferência dos quantitativos serão vinculados ao Serviço de Almoxarifado, devendo ocorrer em dias úteis e dentro do horário de expediente administrativo regular, de forma a garantir o perfeito recebimento do material e a conformidade com as especificações exigidas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A estimativa das quantidades fundamenta-se na constatação prática da carência de itens no estoque, no histórico de consumo verificado na unidade requisitante e na projeção necessária para atender a demandas reprimidas e à continuidade dos serviços públicos, considerando uma vigência estimativa de 12 (doze) meses. Registra-se que os quantitativos visam sanar o desabastecimento decorrente do fracasso parcial de itens no Processo de Compra anterior nº 38/2025.

5.2. A seguir, detalham-se os itens e os quantitativos totais estimados para a contratação:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Bloco adesivo pautado para anotações e organização: 148mm x 102mm, admitindo-se uma variação de tolerância de até ± 5 mm em qualquer uma das faces, mínimo de 100 folhas por bloco, com adesivo reposicionável que permita a fixação em diversas superfícies sem danificá-las ou deixar resíduos, possuir pauta (linhas) para auxílio na escrita.	253436	Unidade	120
2	Caneta esferográfica preta: corpo sextavado confeccionado em poliestireno cristal transparente e escrita média uniforme, adequada para uso contínuo.	432816	Caixa com 50 unidades	9
3	Caneta esferográfica vermelha: corpo sextavado confeccionado em poliestireno cristal transparente e escrita média uniforme, adequada para uso contínuo.	407220	Caixa com 50 unidades	2
4	Marcador de página autoadesivo em acrílico: confeccionado em acrílico colorido translúcido, cores variadas, autoadesivo, fácil de destacar e reposicionar, não tóxico. Dimensão aproximada: 45 x 12 mm.	412080	Pacote com 100 unidades	60
5	Organizador de mesa com 3 divisórias: organizador de pastas em plástico ou acrílico, com três divisórias, vertical, formato para arquivos tamanho A4, cor preta ou transparente	631253	Unidade	60
6	Pasta registradora estreita (A-Z): tamanho ofício, lombada de 4 a 5 cm, ferragem de alavanca, visor, sem cantos vivos ou rebarbas, cor preta, capacidade para armazenar, em média, 200 a 300 folhas sulfite A4.	288695	Unidade	60
7	Pasta registradora larga (A-Z): tamanho ofício, lombada de 7 a 8 cm, ferragem de alavanca, visor, sem cantos vivos ou rebarbas, cor preta, capacidade para armazenar, em média, 400 a 600 folhas sulfite A4.	288696	Unidade	40



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
8	Régua plástica com 20 cm: plástica, transparente ou fumê, graduada em centímetros e milímetros, comprimento de 20 cm, bordas retas, resistente à quebra.	414788	Unidade	60
9	Papel vergê creme: gramatura comum de 180g/m², tamanho A4 (210 mm x 297 mm), acabamento fosco (sem brilho), na cor creme.	622712	Pacote com 50 folhas	70
10	Flip chart branco - cavalete: tipo cavalete, com quadro branco reutilizável para escrita com marcador apagável, estrutura metálica, alumínio ou equivalente resistente, suporte para bloco de papel e bandeja de apoio. Dimensões mínimas da área útil: 70 cm x 90 cm.	444245	Unidade	1
11	Bloco flip chart: bloco com 50 folhas, dimensões de 640 mm x 880 mm, gramatura mínima de 75g/m².	381426	Bloco com 50 folhas	15
12	Pasta tipo "L": pasta plástica em "L", em polipropileno (leve e resistente), cor transparente ou preta, formato A4.	350654	Pacote com 10 unidades	12
13	Placas de identificação de mesa: confeccionadas em acrílico, tipo "V" com dupla visualização, dimensões de 10 x 21 cm.	386953	Unidade	20
14	Pasta catálogo: modelo executiva, material resistente, capa rígida ou semirrígida, contendo 50 envelopes plásticos transparentes, apropriada para formato A4.	348956	Unidade	25
15	Fita adesiva 45 mm: transparente, multiuso, largura de 48 mm e comprimento de 50 metros.	626117	Unidade	60
16	Porta canetas - organizador de mesa: em aço aramado, formato retangular ou cilíndrico, compartimentos múltiplos para canetas, lápis e acessórios, cor preta ou transparente.	428072	Unidade	40



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
17	Tesoura escritório 17-21 cm: tesoura metálica com lâmina afiada de aço, ponta arredondada, cabo em polipropileno, tamanho entre 17 cm e 21 cm, uso geral.	278330	Unidade	50
18	Clips tamanho 2/0: em metal zincado ou niquelado, tamanho padrão 2/0, embalagem com 100 unidades, indicado para agrupamento de folhas.	271776	Caixa com 100 unidades	120
19	Clips tamanho 8/0: em metal zincado ou niquelado, tamanho 8/0, embalagem com 180 unidades, indicado para agrupamento de folhas.	271779	Caixa com 25 unidades	260
20	Caixa arquivo morto em papelão: caixa organizadora de arquivo em papelão, dimensões aproximadas de 36 x 25 x 13 cm, com tampa, leve e resistente.	634370	Unidade	30

5.3. Durante a fase de levantamento de mercado e planejamento desta contratação, esta Comissão de Planejamento de Compras e Contratações constatou a necessidade de realizar ajustes em determinados itens originalmente catalogados pela unidade requisitante no Documento de Oficialização da Demanda. A pesquisa mercadológica realizada nos canais de fornecimento oficiais de governo e de domínio amplo demonstrou que as unidades de medida e os padrões de embalagem inicialmente previstos não correspondiam às práticas comerciais mais comuns e de ampla concorrência do setor de papelaria.

5.4. Com o objetivo de preservar a integridade do planejamento de consumo anual, ampliar a competitividade do certame e, fundamentalmente, evitar o fracasso dos itens na fase competitiva do Pregão Eletrônico, haja vista o histórico de insucesso verificado no Processo de Compra anterior, esta CPCC promoveu readequações baseadas na equivalência da quantidade total planejada.

5.5. Os ajustes operados nos quantitativos e nas unidades de fornecimento garantem que esta Câmara receba exatamente o mesmo volume material demandado, porém sob uma modelagem de faturamento e embalagem que possivelmente atrairá mais distribuidores e fabricantes. Destacam-se as seguintes alterações estruturadas:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.5.1. Item 15, fita adesiva 45 mm: no DOD original, constou a previsão de 30 unidades de fita com dimensões de 45 mm x 100 metros. Neste ETP, alterou-se para 60 unidades de fita com dimensões de 48 mm x 50 metros. O padrão de distribuição comercial mais abundante e econômico no mercado atacadista e varejista é o rolo de 50 metros de comprimento. Para manter a exata equivalência do consumo linear planejado pela Divisão Administrativa, esta CPCC ajustou a quantidade para 60 rolos de 50 metros, preservando o estoque pretendido sem gerar restrição de mercado ou risco de sobrepreço.

5.5.2. Item 19, clips tamanho 8/0: no DOD original, constou a previsão de 36 caixas, estimando-se que cada embalagem conteria 180 unidades. Neste ETP, alterou-se para 260 caixas, com especificação de embalagem coletiva contendo exatamente 25 unidades por caixa. A sondagem de mercado revelou que os clips no formato industrial 8/0 é usualmente comercializado em caixas reduzidas de 25 unidades, sendo a previsão original de 180 unidades por embalagem incompatível com a realidade dos principais fabricantes. A fim de garantir o suprimento total demandado, realizou-se o cálculo de equivalência volumétrica com base no consumo estimado de 3 caixas de 180 unidades por mês. Dividindo-se a necessidade real pelo padrão de mercado, arredondou-se o quantitativo para 260 caixas de 25 unidades, blindando o certame contra pedidos de esclarecimento ou desinteresse dos licitantes.

5.6. Além do alinhamento métrico das embalagens, a modelagem adotada confere flexibilidade logística à Divisão Administrativa e ao Serviço de Almoxarifado. A conversão das unidades de fornecimento para os padrões comerciais correntes viabiliza que a contratada execute entregas fracionadas e graduais com maior agilidade, otimizando o fluxo de transporte e o descarregamento do material. Os ajustes de quantidade, portanto, não alteram o planejamento macro de consumo, mas traduzem a demanda interna em linguagem de mercado, convertendo formalidade administrativa em eficiência fiscal e segurança jurídica.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. O levantamento de mercado constitui etapa de natureza estratégica e instrumental na fase preparatória das contratações públicas, destinando-se a mapear as alternativas comerciais capazes de suprir as necessidades desta Câmara Municipal de Cubatão de forma econômica, célere e sustentável.

6.2. O objeto desta contratação, caracterizado pela reposição, manutenção e ampliação do estoque de materiais de expediente de escritório, enquadra-se na categoria de bens comuns. Trata-se de insumos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetiva e usualmente definidos no mercado por meio de especificações técnicas corriqueiras, o que



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

viabiliza uma ampla disputa entre distribuidoras e fornecedores do setor varejista e atacadista de papelaria.

6.3. Para a definição do modelo ideal de contratação, esta Comissão de Planejamento de Compras e Contratações - CPCC avaliou três alternativas principais de fornecimento, ponderando as respectivas vantagens e desvantagens operacionais, a saber:

6.3.1. A primeira alternativa examinada consistiu na aquisição integral e imediata dos quantitativos previstos para 12 meses, com entrega única e armazenamento centralizado na sede desta Casa. Embora essa solução reduza o risco imediato de desabastecimento e simplifique a logística de recebimento, ela se revelou inadequada sob o viés da conservação material e do espaço físico. O estoque simultâneo de volumes expressivos de insumos sensíveis à umidade e ao calor, como canetas esferográficas com risco de ressecamento da tinta, fitas adesivas com propensão à perda de colagem e blocos de anotações autoadesivos, acarretaria uma depreciação física precoce e desperdício de recursos.

6.3.2. A segunda alternativa avaliada pautou-se na realização de compras sob demanda por meio de dispensas de licitação individuais em razão do valor, processadas de forma eletrônica ou direta à medida que as necessidades das unidades administrativas surgissem. Essa modelagem apresenta entraves de legalidade e de eficiência administrativa. Sob a ótica legal, o fracionamento de despesas para a aquisição de bens de uso rotineiro, previsível e homogêneo contraria os princípios do planejamento e da ampla competitividade consagrados na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria CMC nº 384/2025. Sob o aspecto operacional, a instauração de múltiplos processos administrativos de dispensa ao longo do ano geraria um custo de transação burocrática insustentável, onerando esta CPCC e as Divisões de Contabilidade e Finanças e Administrativa com rotinas repetitivas. Além disso, a fragmentação das compras privaria a Administração Pública dos benefícios financeiros oriundos da economia de escala.

6.3.3. A terceira alternativa analisada, e que se consolidou como a solução adotada, consistiu na modelagem de um certame para o Sistema de Registro de Preços - SRP, instrumentalizado por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com previsão de fornecimento parcelado e prazo de entrega de até 15 dias corridos a contar de cada Autorização de Fornecimento. Essa alternativa compatibiliza o planejamento de consumo anual com a racionalidade financeira e logística. Ao estabelecer um compromisso de fornecimento sob demanda, esta Câmara exime-se da necessidade de manter grandes estoques físicos e evita o desembolso financeiro integral imediato, uma vez que os empenhos e pagamentos serão proporcionais aos pedidos emitidos. O certame eletrônico



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

unificado assegura, ao mesmo tempo, preços vantajosos decorrentes da atratividade do volume global estimado para o período de 12 meses.

6.4. Em observância ao comando contido no artigo 35, § 2º, inciso III, da Portaria CMC nº 384/2025, o levantamento de mercado deve retroagir e avaliar o desempenho de contratações anteriores para o mesmo objeto, buscando identificar falhas processuais ou mercadológicas a fim de aprimorar a nova modelagem de compras. Nesse sentido, o histórico recente revela que a necessidade de instauração do Processo de Compra nº 28/2026 decorre diretamente do fracasso parcial verificado no Processo de Compra nº 38/2025.

6.4.1. Naquele certame anterior, embora 44 itens tenham sido adjudicados e contratados com êxito, a maioria dos itens remanescentes que compõem o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar restou fracassada. A razão formal para o insucesso daqueles lotes e itens foi a apresentação de propostas comerciais com valores superiores ao preço máximo admitido no certame, gerando um cenário de desabastecimento parcial que comprometeu as rotinas de trabalho das áreas técnicas e operacionais.

6.4.2. A análise crítica desse evento indica que as estimativas de preço de referência utilizadas em 2025 não acompanharam as oscilações macroeconômicas do mercado de papelaria no período. O setor de materiais de escritório sofreu impactos inflacionários expressivos em decorrência da variação cambial e do encarecimento de matérias-primas fundamentais, tais como a celulose, utilizada na confecção de papéis especiais, pastas AZ e caixas de papelão, e os polímeros petroquímicos, matéria-prima para pastas em "L", organizadores de acrílico e régua plásticas.

6.4.3. Para prevenir tais riscos e assegurar o sucesso do novo procedimento, esta CPCC adotará parâmetros estatísticos de precificação mais dinâmicos, baseados no artigo 42 da Portaria CMC nº 384/2025, de modo a capturar o real preço de mercado dos itens e garantir a exequibilidade dos orçamentos referenciais, sem prejuízo da ampla concorrência.

6.5. De modo, consolida-se o entendimento de que a contratação sob a sistemática de Registro de Preços, mediante licitação por Pregão Eletrônico e com entregas fracionadas, representa a solução capaz de conjugar eficiência fiscal, conformidade legal, preservação da integridade física dos insumos e prevenção de impactos ecológicos locais.

6.5.1. Como o objeto que ora se pretende licitar envolve demanda por quantitativo apenas para suprir as necessidades desta Câmara Municipal de Cubatão quanto à aquisição parcelada de materiais de expediente, bem como pela ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento de Atas de Registro



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

de Preços neste momento, na condição de órgão gerenciador e possíveis outros participantes, sugere-se que este órgão seja o único contratante.

6.5.2. Conforme anota Justen Filho¹, não existe impedimento a que um órgão produza um registro de preços destinado a contratações de seu exclusivo interesse. Em tais hipóteses, a implementação do SRP é mais simples, sem se cogitar das formalidades previstas no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.3. Assim, nessa linha de entendimento, esta Câmara Municipal de Cubatão deverá optar pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços - IRP para esta contratação, não sendo permitida a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude dos motivos expostos, sendo o único contratante, com amparo no § 1º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c os artigos 313 e seguintes da Portaria CMC nº 384/2025.

6.5.4. Do mesmo modo e pelos mesmos motivos, não haverá adesão por carona à Ata de Registro de Preços.

6.5.5. Os termos e condições acerca do Registro de Preços e Cadastro de Reserva estarão disciplinados na minuta da Ata de Registro de Preços.

6.5.6. A **validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano**, contado da publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.5.7. Por fim, fica expressamente prevista a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente pactuado, desde que essa previsão esteja incluída no edital, na ata de registro de preços e no planejamento da contratação. A renovação dos quantitativos poderá ser realizada no ato da prorrogação da ata, devendo estar claramente indicada no termo de prorrogação respectivo. A adoção dessa medida visa otimizar os processos administrativos, evitando a deflagração de novos certames em curto espaço de tempo, reduzindo custos operacionais e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, conforme os princípios da eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: nova lei 14.133/2021. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p.1.175.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.1. O valor total estimado da contratação constará da Nota Técnica de Pesquisa de Preços que instrui este ETP.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A descrição da solução como um todo abrange a contratação para a reposição, manutenção e ampliação do estoque de materiais de expediente de escritório desta Câmara Municipal de Cubatão, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, financiado com recursos próprios deste Poder Legislativo. A contratação dos 20 itens mapeados será estruturada por meio de processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, adotando o critério de julgamento de menor preço por item, garantindo transparência, ampla concorrência e o alcance de economia de escala com base na demanda total projetada para 12 meses.

8.2. A fim de otimizar a eficiência administrativa e financeira, a solução foi projetada de forma modular, cobrindo de forma integrada todas as etapas do ciclo de vida dos insumos, a saber:

8.2.1. As solicitações dos insumos ocorrerão de forma coordenada entre o Almoxarifado e o Gestor do Contrato, monitorando-se as flutuações das rotinas administrativas para evitar o desabastecimento ou o excesso de estoque.

8.2.2. Emissão de cada Autorização de Fornecimento devidamente formalizada, contendo as exatas quantidades necessárias para suprir o consumo periódico das unidades.

8.2.3. O fornecedor adjudicado executará o transporte e descarregamento dos materiais diretamente na sede desta Câmara Municipal de Cubatão, situada na Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, dentro do prazo máximo de até **15 (quinze) dias corridos** de cada Autorização de Fornecimento expedida.

8.2.4. Execução dos procedimentos regulamentares de recebimento provisório e recebimento definitivo estabelecidos na Portaria nº 384/2025, garantindo que nenhum item fora de especificação ou com danos seja incorporado ao patrimônio desta Câmara.

8.2.5. Distribuição racional e controlada das canetas, blocos, papéis, organizadores e demais materiais de consumo administrativo às unidades requerentes, à Escola do Legislativo e aos programas de integração institucional, como o "A CASA É SUA".

8.2.6. Triagem de resíduos limpos gerados, como embalagens coletivas, caixas de papelão, invólucros plásticos e fitas, e encaminhamento das sobras pós-consumo para a cadeia local de reciclagem e cooperativismo deste Município de Cubatão, gerando emprego, renda e evitando o descarte irregular.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.3. As cláusulas de manutenção corretiva ou assistência especializada pós-entrega são tecnicamente incompatíveis e desprovidas de finalidade pública para os bens objeto desta contratação, pela própria natureza material e destinação de consumo dos insumos licitados, de modo que as exigências se limitam à qualidade do produto no ato do recebimento.

8.4. Em cumprimento ao artigo 16 da Portaria CMC nº 384/2025, a fiscalização e a execução técnica das Autorizações de Fornecimento oriundas da Ata de Registro de Preços serão distribuídas por meio do princípio da segregação de funções, com servidores designados formalmente por portaria da Presidência da Câmara. O arranjo operacional de monitoramento divide as competências da seguinte forma:

8.4.1. O Gestor da contratação será o servidor encarregado de exercer a coordenação geral de fiscalização do processo, gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitar as Autorizações de Fornecimento periódicas com base no estoque e assinar o Termo de Recebimento Definitivo. O Gestor avaliará o desempenho geral do fornecedor de acordo com os indicadores de prazo e qualidade pactuados, emitindo relatórios de acompanhamento técnico ao fim do contrato.

8.4.2. O Fiscal Técnico da contratação será servidor indicado para acompanhar presencialmente cada entrega realizada no Almoxarifado. Compete ao Fiscal Técnico aferir as características físicas dos materiais, como a caneta esferográfica de escrita média e corpo sextavado, ou o papel vergê com exata gramatura de 180g/m², conferir as apresentações de embalagem coletiva exigidas, relatar imediatamente inconformidades, avarias ou ressecamentos e emitir o Termo de Recebimento Provisório Técnico em até 5 (cinco) dias úteis.

8.4.3. O Fiscal administrativo da contratação será o servidor encarregado de certificar que a empresa contratada mantém sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista ativa perante as bases de dados oficiais a cada ordem de compra expedida. É responsável por instruir os autos com certidões do SICAF, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e consultas a apenados no CEIS/CNEP, além de analisar as notas fiscais e instrumentos de cobrança para fins de empenho e liquidação.

8.5. A formalização dos procedimentos financeiros e de recepção de materiais obedecerá ao rito sequencial estabelecido pelas Seções I e II do Título V da Portaria CMC nº 384/2025, desenhado para conferir máxima lisura ao emprego dos recursos desta Casa, a saber:

8.5.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos itens na sede do legislativo pelo encarregado do Serviço de Almoxarifado, limitando-se à conferência



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

sumária da quantidade de volumes descritos na nota fiscal e ao estado geral de lacre das embalagens de fábrica.

8.5.2. A aferição técnica e administrativa será feita pelos Fiscais Técnico e Administrativo, os quais terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega no Almoxarifado, para conferir as especificações técnicas detalhadas de cada um dos itens fornecidos e emitir o Termo de Recebimento Provisório Técnico e Administrativo.

8.5.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a aprovação dos fiscais, quando o Gestor da Contratação emitirá o Termo de Recebimento Definitivo em até 5 (cinco) dias úteis, que servirá de documento hábil para instruir a liquidação.

8.5.4. A liquidação da despesa será realizada pela Divisão de Contabilidade e Finanças no prazo de até 10 (dez) dias úteis. O Gestor e o Fiscal Administrativo realizarão a verificação de regularidade do fornecedor mediante consulta on-line obrigatória ao SICAF, abrangendo CPF/CNPJ ativo, inscrições estaduais/municipais compatíveis com o ramo de papelaria, Certidão Conjunta da Fazenda Federal, regularidade do FGTS, CNDT e cumprimento das diretrizes de proteção ao menor.

8.5.5. A execução financeira será processada por ordem bancária na conta-corrente indicada pelo fornecedor, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Em conformidade com o artigo 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e o artigo 40, inciso V, alínea "b" da mesma norma geral de contratações, as licitações públicas devem atender obrigatoriamente ao princípio do parcelamento do objeto sempre que este se comprovar tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na esfera interna desta Câmara, a Portaria CMC nº 384/2025 positivou essa obrigatoriedade no artigo 35, inciso VIII, determinando a inclusão fundamentada da justificativa para a divisão ou não da solução nas etapas preliminares da fase de planejamento.

9.2. A adoção da regra geral do parcelamento visa ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, à ampliação da competitividade do certame e à prevenção da concentração artificial de mercado. No caso em tela, o objeto da contratação caracteriza-se pela aquisição de 20 itens de expediente de escritório, bens de natureza comum, cuja divisibilidade e independência material respaldam a aplicação direta desse princípio de forma individualizada.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.3. Sob o viés do planejamento de compras públicas e conforme as diretrizes do Tribunal de Contas da União - TCU, esta CPCC avaliou a divisibilidade da solução com base em critérios objetivos de independência física e funcional dos insumos. Os 20 materiais de papelaria selecionados, como canetas esferográficas, réguas plásticas, blocos adesivos, pastas registradoras, organizadores em acrílico e flip charts, não guardam qualquer relação de interdependência técnica entre si.

9.4. O fornecimento ou o uso de um determinado item não está condicionado ao fornecimento ou uso de outro. Trata-se de bens autônomos e isolados que podem ser executados de forma segmentada, sem que a ausência ou o atraso na entrega de um deles comprometa a utilidade dos demais ou paralise os serviços internos da Câmara. Portanto, responde-se positivamente ao requisito de viabilidade técnica de divisão física do objeto.

9.5. A Súmula nº 247 do TCU consagra a obrigatoriedade da adjudicação por item, e não por preço global, nas licitações públicas cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo ao complexo do objeto ou perda comprovada de economia de escala. A aplicação desse entendimento ao presente certame maximiza a competitividade.

9.6. Caso a contratação fosse agrupada em lote único global, apenas grandes conglomerados varejistas ou intermediários comerciais estariam aptos a participar do certame, gerando o risco de sobrepreço através de margens de revenda inflacionadas em itens que essas empresas não distribuem diretamente. A divisão da disputa pelo critério de menor preço por item viabiliza que distribuidoras e fabricantes especializados em nichos específicos ofereçam suas melhores propostas diretamente. Isso assegura a obtenção de preços de atacado direto das fontes produtoras, maximizando a economicidade do processo.

9.7. Esta CPCC avaliou a relação entre o custo administrativo de gerenciar múltiplos itens e os benefícios financeiros gerados pela ampla disputa. Embora a contratação fragmentada por item possa gerar, em tese, a homologação de múltiplos fornecedores distintos dentro da mesma Ata de Registro de Preços, esse potencial impacto operacional é neutralizado por dois fatores estruturantes, quais sejam:

9.7.1. A disputa será realizada em uma única sessão pública de Pregão Eletrônico, utilizando a plataforma oficial do Governo Federal, compras.gov.br, o que unifica o trâmite processual burocrático e evita a proliferação de custos de transação.

9.7.2. O certame estima a demanda para 12 meses. Os fornecedores concorrem sabendo que o volume global é elevado, o que anula a desvantagem de itens de baixo valor individual e mantém a atratividade econômica do certame para grandes concorrentes. O



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

custo de gerenciamento das Autorizações de Fornecimento é compensado com sobra pela economia de escala e pela eliminação de desperdícios físicos de estocagem.

9.8. Por fim, a modelagem pelo critério de parcelamento por item cumpre as diretrizes de fomento à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, consagradas pelo artigo 4º da Portaria CMC nº 384/2025 e pelos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.9. Dessa forma, a CPCC conclui que **o parcelamento da contratação por meio do julgamento e adjudicação por item atende aos requisitos legais de economicidade, eficiência e fomento concorrencial**, sendo a alternativa técnica adequada para o certame.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A contratação planejada busca alcançar otimização no emprego dos recursos financeiros desta Câmara, amparando-se no princípio da economicidade e na eficiência do gasto público. A estrutura da solução por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, associada à disputa em lote único com adjudicação por itens parcelados no Pregão Eletrônico, atua como o principal vetor para a obtenção de economia de escala. A unificação das demandas anuais de expediente em um único certame competitivo atrairá grandes distribuidoras e atacadistas do setor de papelaria, reduzindo os preços unitários estimados em relação às aquisições isoladas e pontuais no varejo regional.

10.2. Outrossim, a opção pelo fornecimento parcelado sob demanda, conforme as Autorizações de Fornecimento emitidas pela Divisão Administrativa, evita a mobilização desnecessária e imediata de recursos financeiros do erário. O desembolso financeiro ocorrerá de maneira proporcional ao consumo real das unidades administrativas, preservando o fluxo de caixa do Legislativo e evitando o custo de oportunidade associado à manutenção de capital imobilizado em estoques físicos ociosos ou em risco de deterioração precoce.

10.3. Sob a perspectiva do gerenciamento de processos e aproveitamento da força de trabalho, a contratação unificada gera ganhos de produtividade e eficiência administrativa para a estrutura interna desta Casa. Ao substituir a necessidade de instauração de múltiplos processos individuais de dispensa de licitação por valor ao longo do ano, prática ineficiente e onerosa, a Administração consolida todo o esforço de planejamento, instrução técnica, assessoria jurídica e julgamento em um único Processo de Compra.

10.4. A demonstração dos resultados pretendidos no âmbito da gestão de recursos materiais fundamenta-se na preservação da integridade física dos insumos e na otimização do espaço limitado de almoxarifado. O estabelecimento de entregas programadas com prazo de até 15 (quinze) dias corridos assegura que materiais sensíveis a intempéries climáticas, como umidade,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

calor e ressecamento, tais como fitas adesivas, blocos de anotações autoadesivos e canetas esferográficas com risco de perda de tinta, sejam entregues em condições ideais de conservação e funcionalidade imediata.

10.5. Esse fluxo contínuo e fracionado de reabastecimento impede o desperdício decorrente de perdas físicas, obsolescência e decurso de prazo de validade de insumos parados. Paralelamente, o Almoxarifado, que não dispõe de grande capacidade de estocagem física ociosa, não sofrerá saturação volumétrica prematura com a recepção massiva e simultânea de 12 meses de consumo, otimizando os controles logísticos diários e inventários periódicos de estoque mínimo e ponto de ressuprimento.

10.6. No plano da atividade fim, a consecução integral desta contratação garante a regularidade, a celeridade e a continuidade dos serviços públicos administrativos e legislativos desta Casa. O fornecimento de materiais de escritório atua como o suporte logístico básico indispensável para a instrução de processos, elaboração de pareceres, atendimento à população e confecção de leis e atos institucionais.

10.7. Dessa forma, o planejamento atinge seu objetivo primordial, que é o de garantir que esta Câmara conte com os recursos físicos de expediente adequados e qualificados para o pleno exercício de suas atribuições constitucionais.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Em atendimento ao artigo 16 da Portaria CMC nº 384/2025, a primeira providência indispensável a ser adotada previamente à celebração do contrato, ou da assinatura da Ata de Registro de Preços, consiste na indicação e designação formal, por portaria da Presidência, dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do ajuste. A designação observará as seguintes regras:

11.1.1. Fica terminantemente vedada a indicação de um mesmo agente público para atuar de forma cumulativa como Gestor e como Fiscal, seja Técnico ou Administrativo, no âmbito desta mesma contratação.

11.1.2. A Divisão Administrativa certificará formalmente que nenhum dos servidores indicados possui grau de parentesco ou afinidade, até o terceiro grau, com os sócios, diretores ou representantes legais da empresa adjudicatária, nem mantém com ela qualquer vínculo de natureza trabalhista, técnica, econômica ou civil.

11.2. Conforme faculta o artigo 16, § 10, da portaria de regência, a Câmara providenciará o nivelamento de conhecimentos e a devida instrução dos servidores indicados sobre as rotinas



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

contratuais e logísticas específicas deste processo. A Diretoria Administrativa deverá realizar uma reunião técnica de alinhamento prévio e emitir guia de instruções de trabalho abordando as seguintes frentes:

11.2.1. Instruir os Fiscais Técnico e Administrativo sobre as rotinas do almoxarifado e recebimento provisório e o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a verificação física dos materiais de papelaria;

11.2.2. Orientar os agentes sobre a necessidade de realizar ensaios ou testes rápidos por amostragem visual e funcional no ato da entrega, verificando a consonância dos itens com as especificações exigidas e evitando o recebimento de lotes com ressecamentos, rebarbas plásticas ou avarias de transporte;

11.2.3. Instruir o Fiscal Administrativo sobre a rotina de conferência mensal da regularidade de habilitação do fornecedor no SICAF, a juntada de certidões federais, municipais, FGTS e CNDT, e o fluxo sequencial técnico de empenho e liquidação sob demanda.

11.3. Por se tratar de fornecimento parcelado e sob demanda, via SRP, inexistirão providências complexas ou onerosas de adaptação estrutural ou física nas dependências desta Câmara. Contudo, faz-se necessária uma providência de organização logística interna previamente à assinatura do ajuste, a saber:

11.3.1. O encarregado do Setor de Almoxarifado deverá preparar e isolar prateleiras específicas e livres de umidade e calor excessivo para o recebimento fracionado e controle físico sistemático dos 20 itens de expediente.

11.3.2. A coordenação de almoxarifado deverá estabelecer o fluxo de triagem e armazenamento temporário das embalagens coletivas de papelão e plástico geradas no momento de cada entrega parcelada. Esse lixo limpo será acondicionado para a destinação semanal regular aos agentes de coleta seletiva urbana deste Município de Cubatão, especificamente à associação ABC Marbas e à cooperativa ReciclaCub, formalizando a economia circular e minimizando os impactos ambientais antes de iniciados os fornecimentos.

11.4. Previamente à emissão do primeiro faturamento e em cumprimento ao artigo 270 da Portaria CMC nº 384/2025, a Divisão de Contabilidade e Finanças deverá parametrizar o sistema contábil interno e instruir suas equipes de liquidação e pagamento acerca do regime fiscal diferenciado do Simples Nacional, caso a adjudicatária vencedora do certame seja enquadrada nessa modalidade.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

11.5. Após a autorização do Presidente e homologação do procedimento licitatório, e antes de convocar a empresa vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, deverão ser adotadas as seguintes providências pelo Supervisor de Cadastro de Compras e Contratos:

11.5.1. Publicar a íntegra da Ata de Registro de Preços assinada, o Edital do Pregão e os respectivos anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, respeitando o prazo legal de até 20 (vinte) dias úteis da assinatura.

11.5.2. Registrar os dados preparatórios, o Termo de Referência, as pesquisas de preços e o instrumento contratual correspondente no Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP, garantindo a regularidade fiscalizatória em colaboração com o Gestor da contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

12.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 18, § 1º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 35, inciso XI da Portaria CMC nº 384/2025, o planejamento das contratações públicas exige a análise e a declaração de eventuais contratações correlatas ou interdependentes. Esse requisito visa evitar a fragmentação do planejamento, blindando a Administração contra o risco de adquirir bens ou serviços que fiquem ociosos ou inutilizados pela ausência de itens acessórios, infraestrutura necessária ou contratos complementares de integração.

12.2. Os itens de expediente de escritório que compõem o presente certame classificam-se, por sua própria natureza, como bens comuns autônomos. Eles gozam de utilidade imediata e independente de qualquer outra contratação para produzir os resultados pretendidos por esta Casa.

12.3. Os materiais de expediente de escritório aqui demandados não necessitam de qualquer integração sistêmica, montagem especializada de alta complexidade ou de serviços acessórios externos para serem plenamente usufruídos pelas unidades administrativas. Uma vez efetuada a entrega parcelada e realizado o recebimento definitivo, os bens estarão prontos para distribuição direta e consumo imediato pelas áreas técnicas e legislativas.

12.4. Assim, **não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes** que sejam tecnicamente necessárias para garantir a viabilidade, a eficácia ou o pleno funcionamento do objeto desta contratação. O início, o desenvolvimento e a conclusão do fornecimento sob demanda decorrente deste certame não dependem do andamento de outras licitações, nem têm o condão de paralisar, retardar ou bloquear qualquer outro contrato vigente ou futuro no âmbito deste Poder Legislativo.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.5. Inobstante, muito embora inexistam qualquer relação de interdependência que condicione a contratação, esta CPCC mapeou as interfaces administrativas e operacionais que se comunicam de forma harmônica com o objeto em análise, visando assegurar a integridade e a sinergia dos contratos administrativos desta Casa, a saber:

12.5.1. O papel vergê creme formato A4 com gramatura de 180g/m², item 9, destina-se à confecção de certificados oficiais. Para garantir a viabilidade operacional, a CPCC verificou que as especificações físicas de gramatura e textura desse papel são compatíveis com as especificações técnicas das impressoras e multifuncionais atualmente locadas por esta Câmara, evitando-se qualquer risco de obstrução mecânica, como atolamento de papel, ou avaria nos cilindros térmicos dos equipamentos existentes.

12.5.2. A interface ambiental e de descarte pós-consumo das embalagens, como caixas de papelão, fitas e plásticos de faturamento, interage diretamente com as campanhas municipais supervisionadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Conforme detalhado neste ETP, todo o resíduo reciclável gerado no recebimento dos materiais será destinado à ABC Marbas e à ReciclaCub, assegurando a economia circular sem que isso dependa de contratação onerosa adicional por parte desta Câmara.

12.6. Portanto, conclui-se que **a presente solução de aquisição de materiais de expediente de escritório é autossuficiente e dotada de completa autonomia logística e operacional**. O prosseguimento do feito prescinde de quaisquer outras providências de contratação associada ou dependente, restando plenamente justificada a regularidade do planejamento do certame sob a ótica das contratações correlatas.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. Em cumprimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 35, inciso XII da Portaria CMC nº 384/2025, o planejamento das aquisições públicas deve conter de forma expressa a identificação e a descrição de possíveis impactos ecológicos associados ao objeto licitado, acompanhada das respectivas medidas mitigadoras, inclusive sob a perspectiva do ciclo de vida dos bens.

13.2. Embora a aquisição de materiais de escritório e expediente enquadre-se na categoria de bens comuns e não envolva impactos ecológicos complexos, o consumo anual estimado dos itens gera passivos socioambientais que exigem o planejamento preventivo do órgão, a saber:

13.2.1. O processo de fabricação massiva dos insumos de escritório à base de celulose, como papel vergê creme, blocos flip chart e caixas de papelão, e polímeros petroquímicos, como fitas adesivas, pastas catálogo, pastas tipo "L" e organizadores em acrílico, consome



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

recursos florestais e combustíveis fósseis não renováveis, contribuindo para a geração de efluentes industriais e gases do efeito estufa em nível fabril.

13.2.2. O transporte físico e a entrega dos itens por distribuidoras até a sede desta Câmara envolvem veículos leves e pesados de combustão fóssil, cujos escapamentos emitem dióxido de carbono, óxidos de nitrogênio e material particulado, gerando poluição atmosférica urbana no trajeto logístico.

13.2.3. O faturamento e o descarregamento das quantidades estimadas no Almoxarifado produzem de imediato um volume contínuo de sobras de acondicionamento, como caixas de papelão corrugado de alta gramatura, invólucros plásticos coletivos de polietileno, amarrações e fitas gomadas de colagem sintética, que, se encaminhados inadequadamente para o lixo comum, aceleram a saturação do aterro sanitário municipal.

13.2.4. Ao final de sua vida útil, itens descartados contendo metais pesados ou plástico petroquímico, tais como canetas esferográficas esgotadas, réguas quebradas, organizadores de acrílico rachados ou cliques metálicos oxidados, levam centenas de anos para se decompor no solo caso sejam descartados no lixo comum, provocando a contaminação mecânica e química do meio ambiente.

13.3. Para mitigar de forma eficaz e abrangente os impactos ecológicos identificados no ciclo de vida dos materiais de expediente, esta Câmara exigirá em Edital e Termo de Referência os seguintes critérios objetivos de sustentabilidade no ato de fornecimento e na execução operacional:

13.3.1. Todos os materiais compostos por fibras de celulose, especificamente o papel vergê creme formato A4 de 180g/m² (item 9) e o papel para flip chart (item 11), deverão, obrigatoriamente, ser fabricados com polpa de celulose originada de florestas plantadas sob regime de manejo sustentável. O licitante vencedor deverá comprovar, na fase de aceitação da proposta, que os produtos detêm certificações ambientais idôneas e internacionalmente reconhecidas, tais como os selos válidos do Forest Stewardship Council - FSC ou do Programa Brasileiro de Certificação Florestal - CERFLOR, garantindo a proibição do desmatamento de florestas nativas.

13.3.2. Determinados artigos escolares e de escritório que integram o objeto deste certame, notadamente as réguas plásticas (item 8), as tesouras metálicas de escritório (item 17) e os cliques metálicos niquelados (itens 18 e 19), deverão ostentar o Selo de Identificação da Conformidade emitido pelo INMETRO, consoante as diretrizes técnicas estabelecidas na Portaria INMETRO nº 423/2021. Isso atesta o cumprimento de parâmetros de durabilidade, resistência estrutural à quebra precoce e a total isenção de



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ligas metálicas pesadas tóxicas ou resinas plásticas de baixo desempenho técnico, minimizando reposições desnecessárias.

13.3.3. O modelo de fornecimento parcelado, via Sistema de Registro de Preços, será gerido de forma coordenada pelo Almoxarifado. As requisições de reabastecimento serão consolidadas periodicamente para que o fornecedor adjudicado realize entregas de maior volume em faturamentos agrupados, diminuindo de forma substancial o número de viagens físicas de veículos logísticos até a sede desta Câmara. Essa consolidação de remessas gera uma redução direta da pegada de emissões de gases poluentes e do tráfego urbano no perímetro central do município.

13.3.4. Os fornecedores deverão priorizar a oferta de canetas esferográficas confeccionadas em corpos plásticos recicláveis, fitas adesivas com colagem à base de resinas acrílicas aquosas livres de solventes voláteis agressivos, blocos de anotações autoadesivos dotados de adesivo reposicionável atóxico e livre de compostos orgânicos voláteis, e organizadores/caixas de arquivo confeccionados com materiais reciclados de alta durabilidade e biodegradabilidade pós-uso.

13.4. Em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, e com a Portaria CMC nº 384/2025, esta Câmara implementará um plano ativo de logística reversa e fomento à economia circular local. Todo o resíduo reciclável de embalagem, como caixas de papelão ondulado, bobinas de plástico filme, invólucros e caixas coletivas de fábrica, gerado a cada entrega parcelada do SRP será submetido a uma triagem na sede deste Legislativo.

13.4.1. A destinação ambientalmente adequada dessas sobras limpas de celulose e plásticos será operacionalizada por meio da integração direta com as duas principais organizações representativas de catadores locais sediadas neste Município de Cubatão:

13.4.1.1. **ABC Marbas - Associação Beneficente dos Catadores de Material Reciclável da Baixada Santista**, que é uma entidade contratada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para realizar o serviço público de coleta seletiva na cidade. Seus caminhões de lixo limpo realizam rotas semanais nos bairros e operam de forma diária no Centro Comercial e na Av. Nove de Abril. Os resíduos segregados de papelão e wraps plásticos de expediente serão acondicionados e entregues às equipes de coleta da ABC Marbas, sediada na Rua Tenente Coronel PM Geraldo Aparecido Corrêa, s/nº, Sítio Cafezal, que os destinará à triagem, enfardamento e reintrodução na cadeia de insumos industriais nacionais.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.4.1.2. **Cooperativa ReciclaCub - Cooperativa de Trabalho de Material Reciclado Cubatense**, que é uma cooperativa de catadores de Cubatão que opera de forma integrada com as diretrizes da Semam, com sede operacional estabelecida na Rua Santa Terezinha, 546, Vila São José. A ReciclaCub executa projetos voltados para o fomento de pontos de entrega e o incentivo ao manejo adequado do resíduo sólido municipal, gerando moeda humanitária e inclusão social na Baixada Santista. Parte das embalagens e polímeros plásticos resultantes das aquisições de expediente desta Casa será destinada às ações de triagem da ReciclaCub, garantindo que o ciclo residual dos materiais sirva diretamente como fonte sustentável de geração de trabalho, renda e dignidade socioeconômica neste Município de Cubatão.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Considerando as análises desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, esta CPCC **declara e atesta a viabilidade técnica, econômica, logística, jurídica e sustentável** para a reposição, manutenção e ampliação do estoque de materiais de expediente de escritório para esta Câmara Municipal de Cubatão.

14.2. O planejamento do feito demonstrou que a contratação sob a modelagem do Sistema de Registro de Preços - SRP, processada em sessão pública de Pregão Eletrônico com julgamento pelo critério de menor preço por item, constitui a melhor solução capaz de conjugar diversos fatores de interesse público delineados ao longo deste artefato.

15. RESPONSÁVEL

15.1. O presente ETP foi elaborado por Daniel José Feitosa Santos, Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações, com base nas informações fornecidas pela unidade requisitante e na pesquisa de outras contratações públicas de mesmo objeto, de natureza opinativa, a ser analisado e ratificado pela autoridade competente.

Cubatão/SP, data da assinatura digital.

Daniel José Feitosa Santos

Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações - matrícula 2232



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo de Compra nº 28/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais de expediente de escritório para a reposição, manutenção e ampliação do estoque da Câmara Municipal de Cubatão**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e especificações deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Bloco adesivo pautado para anotações e organização: 148mm x 102mm, admitindo-se uma variação de tolerância de até \pm 5mm em qualquer uma das faces, mínimo de 100 folhas por bloco, com adesivo reposicionável que permita a fixação em diversas superfícies sem danificá-las ou deixar resíduos, possuir pauta (linhas) para auxílio na escrita.	253436	Unidade	120	20,50	2.460,00
2	Caneta esferográfica preta: corpo sextavado confeccionado em poliestireno cristal transparente e escrita média uniforme, adequada para uso contínuo.	432816	Caixa com 50 unidades	9	48,84	439,56
3	Caneta esferográfica vermelha: corpo sextavado confeccionado em poliestireno cristal	407220	Caixa com 50 unidades	2	51,00	102,00



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
	transparente e escrita média uniforme, adequada para uso contínuo.					
4	Marcador de página autoadesivo em acrílico: confeccionado em acrílico colorido translúcido, cores variadas, autoadesivo, fácil de destacar e reposicionar, não tóxico. Dimensão aproximada: 45 x 12 mm.	412080	Pacote com 100 unidades	60	21,99	1.319,40
5	Organizador de mesa com 3 divisórias: organizador de pastas em plástico ou acrílico, com três divisórias, vertical, formato para arquivos tamanho A4, cor preta ou transparente	631253	Unidade	60	70,73	4.243,80
6	Pasta registradora estreita (A-Z): tamanho ofício, lombada de 4 a 5 cm, ferragem de alavanca, visor, sem cantos vivos ou rebarbas, cor preta, capacidade para armazenar, em média, 200 a 300 folhas sulfite A4.	288695	Unidade	60	26,55	1.593,00
7	Pasta registradora larga (A-Z): tamanho ofício, lombada de 7 a 8 cm, ferragem de alavanca, visor, sem cantos vivos ou	288696	Unidade	40	29,99	1.199,60



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
	rebarbas, cor preta, capacidade para armazenar, em média, 400 a 600 folhas sulfite A4.					
8	Régua plástica com 20 cm: plástica, transparente ou fumê, graduada em centímetros e milímetros, comprimento de 20 cm, bordas retas, resistente à quebra.	414788	Unidade	60	1,50	90,00
9	Papel vergê creme: gramatura comum de 180g/m², tamanho A4 (210 mm x 297 mm), acabamento fosco (sem brilho), na cor creme.	622712	Pacote com 50 folhas	70	15,00	1.050,00
10	Flip chart branco - cavalete: tipo cavalete, com quadro branco reutilizável para escrita com marcador apagável, estrutura metálica, alumínio ou equivalente resistente, suporte para bloco de papel e bandeja de apoio. Dimensões mínimas da área útil: 70 cm x 90 cm.	444245	Unidade	1	750,00	750,00
11	Bloco flip chart: bloco com 50 folhas, dimensões de 640 mm x 880 mm, gramatura mínima de 75g/m².	381426	Bloco com 50 folhas	15	44,00	660,00



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
12	Pasta tipo "L": pasta plástica em "L", em polipropileno (leve e resistente), cor transparente ou preta, formato A4.	350654	Pacote com 10 unidades	12	16,87	202,44
13	Placas de identificação de mesa: confeccionadas em acrílico, tipo "V" com dupla visualização, dimensões de 10 x 21 cm.	386953	Unidade	20	21,50	430,00
14	Pasta catálogo: modelo executiva, material resistente, capa rígida ou semirrigida, contendo 50 envelopes plásticos transparentes, apropriada para formato A4.	348956	Unidade	25	31,68	792,00
15	Fita adesiva: transparente, multiuso, largura de 48 mm e comprimento de 50 metros.	626117	Unidade	60	12,17	730,20
16	Porta canetas - organizador de mesa: em aço aramado, formato retangular ou cilíndrico, compartimentos múltiplos para canetas, lápis e acessórios, cor preta ou transparente.	428072	Unidade	40	18,40	736,00
17	Tesoura escritório 17-21 cm: tesoura metálica com lâmina	278330	Unidade	50	7,52	376,00



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT SUGERIDO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
	afiada de aço, ponta arredondada, cabo em polipropileno, tamanho entre 17 cm e 21 cm, uso geral.					
18	Clips tamanho 2/0: em metal zincado ou niquelado, tamanho padrão 2/0, embalagem com 100 unidades, indicado para agrupamento de folhas.	271776	Caixa com 100 unidades	120	2,38	285,60
19	Clips tamanho 8/0: em metal zincado ou niquelado, tamanho 8/0, embalagem com 180 unidades, indicado para agrupamento de folhas.	271779	Caixa com 25 unidades	260	5,90	1.534,00
20	Caixa arquivo morto em papelão: caixa organizadora de arquivo em papelão, dimensões aproximadas de 36 x 25 x 13 cm, com tampa, leve e resistente.	634370	Unidade	30	4,05	121,50
VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO						19.115,10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Trata-se de insumos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetiva e usualmente definidos no mercado por meio de especificações técnicas corriqueiras, o que viabiliza uma ampla disputa entre distribuidoras e fornecedores do setor varejista e atacadista de papelaria.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme as diretrizes do artigo 68 da Portaria CMC nº 384/2025.

1.3.1. Os materiais serão empregados exclusivamente para fins institucionais e documentais rotineiros, apresentando qualidade comum e não superior à necessária para cumprir suas finalidades, sem quaisquer características supérfluas que gerem aumento injustificado de preço.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **1 (um) ano**, contado da **publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão**, prorrogável por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 105 c/c art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 313 e seguintes da Portaria CMC nº 384/2025.

1.4.1. Cada aquisição será formalizada mediante Autorização de Fornecimento, instrumento que substitui o termo de contrato em virtude da natureza de pronta entrega e baixa complexidade das obrigações acessórias

1.4.2. As Autorizações de Fornecimento decorrentes da Ata, na condição de instrumentos equivalentes ao termo de contrato, terão sua duração vinculada à entrega do objeto e à vigência dos créditos orçamentários do exercício de 2026, caracterizando-se como fornecimento contínuo essencial para a manutenção das atividades da Câmara, nos termos do artigo 212, inciso I, da Portaria nº 384/2025.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como **não-continuado**, tendo em vista que a sistemática adotada visa compatibilizar o planejamento de consumo anual com a racionalidade financeira e logística, eximindo esta Câmara da necessidade de manter grandes estoques físicos imediatos e evitando a depreciação precoce dos materiais, como o ressecamento de tintas e perda de colagem. O planejamento demonstrou que a contratação sob a modelagem do SRP, de exclusivo interesse desta Câmara, órgão único contratante, sem divulgação de IRP e sem permissão de caronas, processada em Pregão Eletrônico, constitui a solução mais vantajosa nos termos do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação. Pelo fato de a contratação ser estruturada sob a sistemática do Sistema de Registro de Preços - SRP, adota-se o procedimento de dispensa de indicação prévia de dotação orçamentária para a assinatura da Ata de Registro de Preços, com amparo no artigo 59 e artigo 183, § 2º, da Portaria CMC nº 384/2025. O empenhamento dos recursos e a respectiva reserva orçamentária ocorrerão de forma



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

proporcional e gradual, mediante a expedição de cada Autorização de Fornecimento emitida conforme o fluxo logístico e a necessidade da Administração.

1.7. Em caso de eventual divergência entre a descrição dos itens do catálogo eletrônico de padronização federal (CATMAT sugerido) e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar constante dos autos.

2.2. O planejamento está alinhado ao Plano de Contratações Anual - PCA de 2026, ocupando o DFD 44 desse cronograma, em cumprimento ao artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao disposto no art. 23 da Portaria CMC nº 384/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar constante dos autos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na realidade mercadológica e logística da contratação:

4.1.1.1. Todos os materiais compostos por fibras de celulose, especificamente o papel vergê creme formato A4 de 180g/m², item 9, e o papel para flip chart, item 11, deverão ser obrigatoriamente fabricados com polpa de celulose originada de florestas plantadas sob regime de manejo sustentável. O licitante vencedor deverá comprovar, na fase de aceitação da proposta, que os produtos detêm certificações ambientais idôneas e internacionalmente reconhecidas, tais como os selos válidos do *Forest Stewardship Council* - FSC ou do Programa Brasileiro de Certificação Florestal - CERFLOR, garantindo a proibição do desmatamento de florestas nativas;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.1.1.2. Os artigos escolares e de escritório fabricados em plástico ou metal, notadamente as régua plásticas, item 8, as tesouras metálicas de escritório, item 17, e os cliques metálicos niquelados, itens 18 e 19, deverão ostentar o Selo de Identificação da Conformidade emitido pelo INMETRO, consoante as diretrizes técnicas estabelecidas na Portaria INMETRO nº 423/2021. Tal requisito atesta o cumprimento de parâmetros de durabilidade e resistência estrutural à quebra precoce, bem como a total isenção de ligas metálicas pesadas tóxicas ou resinas plásticas de baixo desempenho técnico, minimizando descarte e reposições desnecessárias. Outrossim, os fornecedores deverão priorizar o fornecimento de canetas esferográficas confeccionadas em corpos plásticos recicláveis e fitas/blocos com adesivos e colagens à base de resinas aquosas livres de solventes voláteis agressivos; e

4.1.1.3. Em cumprimento à Lei Federal nº 12.305/2010, todo o resíduo reciclável de acondicionamento, como caixas de papelão ondulado, bobinas de plástico filme, invólucros e caixas coletivas, gerado a cada entrega parcelada do Sistema de Registro de Preços será submetido a uma triagem na sede deste Legislativo. Visando reduzir o impacto ecológico local e fomentar o desenvolvimento socioeconômico regional, essas sobras limpas serão destinadas de forma ambientalmente adequada às organizações representativas de catadores locais sediadas neste Município de Cubatão, alternando-se ou dividindo-se entre:

4.1.1.3.1. ABC Marbas - Associação Beneficente dos Catadores de Material Reciclável da Baixada Santista, sediada na Rua Tenente Coronel PM Geraldo Aparecido Corrêa, s/nº, Sítio Cafezal, para triagem, enfardamento e reintrodução na cadeia de insumos industriais; e

4.1.1.3.2. Cooperativa ReciclaCub - Cooperativa de Trabalho de Material Reciclado Cubatense, sediada na Rua Santa Terezinha, 546, Vila São José, para o fomento de projetos de manejo de resíduos e geração de renda local.

4.1.1.4. As requisições de reabastecimento efetuadas pelo Almoxarifado serão consolidadas periodicamente de modo que o fornecedor adjudicado realize entregas de maior volume em faturamentos agrupados. Essa consolidação visa diminuir substancialmente o número de viagens físicas de veículos logísticos até a sede desta Câmara, gerando redução direta na pegada de emissões de gases poluentes e minimizando o impacto no tráfego urbano no perímetro central deste Município de Cubatão.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.1.1. A vedação total decorre da natureza do objeto, classificado como fornecimento de bens comuns de consumo corrente, a saber, material de escritório e papelaria. Conforme planejado no Estudo Técnico Preliminar, os insumos licitados gozam de utilidade imediata e independente, sendo tecnicamente incompatíveis com a prestação de serviços acessórios, montagens complexas ou assistência especializada pós-entrega que justificassem a delegação a terceiros. Os materiais devem ser fornecidos e faturados diretamente pela empresa adjudicatária.

4.2.1.2. Sem prejuízo da vedação contida no item 4.2.1., é expressamente proibida a execução de qualquer parcela do fornecimento por pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente desta Câmara Municipal de Cubatão ou com agente público que desempenhe função neste processo de compra, na gestão ou na fiscalização da Ata de Registro de Preços, estendendo-se a proibição aos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, em observância ao artigo 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e às normas de segregação de funções aplicadas pela Câmara.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação referida nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.1.1. A dispensa de garantia de execução justifica-se em razão da sistemática logística e financeira adotada pela Administração, caracterizada como fornecimento parcelado de bens comuns de consumo corrente sob a sistemática do Sistema de Registro de Preços. Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, os pagamentos serão processados sob demanda, de forma proporcional e subsequente à efetiva entrega, conferência técnica e recebimento definitivo dos materiais no Almoxarifado, afastando os riscos financeiros de inadimplemento prévio ou a necessidade de acautelar recursos públicos contra a execução incorreta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.1.1. A aquisição poderá ou não ser realizada de forma total, com **entrega parcelada**, devendo os materiais ser fornecidos de forma gradual conforme a necessidade da unidade requisitante.

5.1.2. O prazo para o fornecimento dos itens será de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva **Autorização de Fornecimento** emitida eletronicamente por esta Câmara.

5.1.2.1. A composição quantitativa e qualitativa de cada remessa será apenas aquela discriminada na respectiva Autorização de Fornecimento, a qual observará o fluxo logístico de consumo e os limites registrados na Ata de Registro de Preços.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias úteis de antecedência** da data-limite, contendo justificativa devidamente fundamentada, para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado e submetido à expressa anuência do Gestor da contratação, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior supervenientes.

5.1.4. Os bens deverão ser entregues diretamente na sede desta Câmara Municipal de Cubatão/SP, localizada na Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, CEP 11510-039, na cidade de Cubatão/SP, sob a responsabilidade e coordenação da Divisão Administrativa.

5.1.4.1. O recebimento e a conferência física/quantitativa dos materiais serão vinculados ao Serviço de Almoxarifado, devendo ocorrer obrigatoriamente em dias úteis e dentro do horário de expediente administrativo regular desta Câmara.

5.1.4.2. Para os itens de escrita e fixação contínua sujeitos a ressecamento ou perda de aderência, como canetas esferográficas, marcadores de página em acrílico, fitas adesivas e blocos de anotações autoadesivos, os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de conservação. No ato da entrega, o prazo de validade ou a vida útil recomendada pelo fabricante para o lote não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) de sua totalidade, garantindo a sua fluidez, fixação e funcionalidade imediata em estoque.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.2.1.1. Por se tratar de contratação voltada exclusivamente ao fornecimento de bens comuns de consumo corrente e insumos de papelaria, restam dispensadas as exigências de garantia contratual complementar, bem como de cláusulas de manutenção corretiva, assistência técnica especializada ou suporte pós-entrega, por manifesta incompatibilidade técnica com a natureza material do objeto.

5.2.1.2. As exigências de conformidade limitam-se à qualidade, integridade e funcionalidade do produto no ato de sua conferência laboratorial e logística, devendo os itens sujeitos a ressecamento ou perda de aderência, como canetas esferográficas, marcadores, fitas adesivas e blocos autoadesivos, estar em perfeitas condições de conservação e uso imediato no momento do recebimento definitivo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela **Autorização de Fornecimento**, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 176 da Portaria CMC nº 384/2025. A adoção desse instrumento simplificado justifica-se pela natureza padronizada do objeto, pela baixa materialidade econômica da contratação e pelo fato de que, embora o fornecimento seja parcelado, sob demanda, cada entrega configura execução imediata e integral, regida pela Ata de Registro de Preços como relação jurídica principal, sem obrigações futuras de assistência técnica continuada.

6.1.1. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de envio eletrônico, para aceitar a Autorização de Fornecimento. O não aceite injustificado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.1.2. O prazo de aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela gestão da contratação, exceto nos casos de urgência, onde a prorrogação é vedada face ao risco de descontinuidade do serviço público.

6.1.3. O aceite da Autorização de Fornecimento, que poderá ser formalizado por assinatura digital ou resposta via correio eletrônico institucional, implica no reconhecimento irretratável de que:

6.1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato para todos os fins legais, atraindo a incidência integral do regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto às hipóteses de rescisão unilateral e aplicação de penalidades;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.1.3.2. a contratada se vincula à sua proposta de preços e a todas as especificações e obrigações contidas no Edital de Licitação, na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência e seus anexos.

6.2. A Autorização de Fornecimento constitui ordem de execução que deverá ser fielmente cumprida, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total, parcial ou mora.

6.3. As comunicações entre a Câmara e a contratada privilegiarão o meio eletrônico, como o e-mail corporativo indicado na proposta, considerando-se válidas e eficazes as notificações enviadas para o endereço cadastrado, salvo alteração formalmente comunicada.

6.4. A Câmara poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de inconformidade técnica dos botijões ou incidentes de segurança.

6.5. A execução da Autorização de Fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação logo após a entrega dos itens.

Fiscal técnico

6.6. O fiscal técnico da contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara, nos termos do art. 20, inciso I, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.7. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, especialmente incidentes relacionados à integridade física das embalagens e caixas coletivas, ou conservação dos insumos, nos termos do art. 20, inciso II, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção, sob pena de aplicação de sanções, nos termos do art. 20, inciso III, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.9. O fiscal técnico informará ao Gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso, nos termos do art. 20, inciso IV, da Portaria CMC nº 384/2025.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.10. O fiscal técnico comunicará imediatamente ao Gestor da contratação a ocorrência de fatos que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, nos termos do art. 20, inciso V, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.11. O fiscal técnico comunicará ao Gestor da contratação, em tempo hábil, o término do saldo da Ata de Registro de Preços ou da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, nos termos do art. 20, inciso VI, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.12. Em cumprimento ao art. 20, inciso VII, c/c art. 248, § 4º, da Portaria CMC nº 384/2025, o fiscal técnico deverá realizar a verificação da conformidade do objeto, adotando as seguintes rotinas de inspeção obrigatórias:

6.12.1. Verificar a integridade física das embalagens e caixas coletivas de fábrica, recusando unidades que apresentem sinais de violação, rasgos, umidade ou avarias de transporte, bem como inspecionar de forma visual e funcional, por amostragem, os itens de escrita e fixação contínua, como canetas esferográficas, marcadores de página, fitas adesivas e blocos autoadesivos, para constatar a total ausência de ressecamento ou perda prematura de aderência;

6.12.2. Inspecionar as especificações técnicas descritas na rotulagem, certificando-se de que o papel vergê creme atesta a gramatura de 180 g/m², os blocos de flip chart possuem as dimensões de 640 x 880 mm e os itens de plástico ou metal, como réguas, tesouras e cliques, ostentam o Selo de Identificação da Conformidade emitido pelo INMETRO, conforme a Portaria INMETRO nº 423/2021;

6.12.3. Exigir a comprovação documental ou rotulagem ambiental idônea, como os selos FSC ou CERFLOR, na fase de aceitação dos materiais compostos por fibras de celulose, como papel vergê e papel para flip chart, atestando a procedência originada de manejo florestal sustentável;

6.12.4. Verificar o prazo de validade ou vida útil remanescente recomendada pelo fabricante para os lotes entregues de itens colantes ou entintados, recusando sumariamente qualquer remessa que possua prazo inferior a dois terços de sua totalidade na data da entrega.

6.13. O fiscal técnico deverá coordenar a triagem e o armazenamento temporário de todo o resíduo limpo de acondicionamento gerado nas entregas, como caixas de papelão corrugado e invólucros plásticos, garantindo o seu direcionamento semanal para a coleta seletiva urbana e economia circular local, mediante a integração com a associação ABC Marbas e com a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

cooperativa ReciclaCub, em cumprimento às diretrizes de sustentabilidade do ETP e à Lei Federal nº 12.305/2010.

6.14. Após a verificação de conformidade e segurança, o fiscal técnico deverá emitir o Termo de Recebimento Provisório Técnico no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, enviando a nota fiscal atestada ao Gestor da contratação para fins de emissão do Recebimento Definitivo, ou relatar as inconsistências apuradas para a rejeição do objeto, conforme art. 248, §§ 5º e 6º, da Portaria CMC nº 384/2025.

Fiscal administrativo

6.15. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de eventuais apostilamentos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor da contratação para que tome as providências cabíveis quando a medida ultrapassar a sua competência, nos termos do art. 21, inciso II, da Portaria CMC nº 384/2025.

6.17. O fiscal administrativo deverá controlar o saldo dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, alertando o Gestor da contratação quando o consumo atingir **80% (oitenta por cento) do total registrado**, a fim de evitar o desabastecimento ou a extrapolação do objeto contratado sem cobertura contratual.

6.17.1. O fiscal deverá auxiliar o Gestor no monitoramento dos níveis de estoque de consumo, garantindo que a emissão de nova Autorização de Fornecimento ocorra com antecedência mínima necessária para evitar o cenário de desabastecimento, considerando o histórico de fracasso parcial do certame anterior e o prazo de entrega regular de **15 (quinze) dias corridos** previsto neste TR.

6.18. Em cumprimento ao art. 265 da Portaria CMC nº 384/2025, o fiscal administrativo deverá consultar, previamente a cada pagamento ou emissão de nota de empenho, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada (SICAF/CNDs), anexando os comprovantes de consulta ao correspondente processo de execução financeira.

6.19. O fiscal administrativo deverá acompanhar periodicamente a evolução dos preços dos materiais de expediente no mercado regional, utilizando como referência consultas ao Painel de



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Preços governamental ou contratações similares de outros órgãos públicos, certificando-se de que o valor registrado na Ata permanece vantajoso para a Administração.

6.19.1. Identificando que o preço registrado em Ata se tornou superior ao praticado no mercado local para artigos equivalentes de papelaria, o fiscal deverá instruir o Gestor para instaurar procedimento de negociação visando à redução dos preços ao patamar de mercado, conforme determina o art. 322 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade desta Câmara Municipal de Cubatão ou de seus agentes e fiscais.

Gestor da contratação

6.21. Cabe ao gestor da contratação, nos termos do art. 19 da Portaria CMC nº 384/2025:

6.21.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo no histórico de gerenciamento todos os registros formais da execução, tais como as Autorizações de Fornecimento emitidas, o controle de saldo da Ata de Registro de Preços, os registros de ocorrências e eventuais alterações contratuais (art. 19, inciso I);

6.21.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo acerca das ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, especialmente em casos de descumprimento de prazos logísticos que acarretem risco de desabastecimento de materiais nas unidades administrativas (art. 19, inciso II);

6.21.3. Supervisionar os níveis de estoque de materiais de expediente nas dependências da Câmara, atuando proativamente para evitar a escassez de insumos correntes, garantindo que as novas Autorizações de Fornecimento sejam emitidas com a antecedência necessária, observando o prazo de entrega regular de até **15 (quinze) dias corridos** previsto neste TR (art. 19, inciso III);

6.21.4. Providenciar a instrução processual necessária para eventuais apostilamentos de reajustes ou pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, baseando-se em oscilações mercadológicas severas devidamente comprovadas e analisando a pertinência jurídica dos pleitos com o apoio da fiscalização administrativa (art. 19, inciso V);



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.21.5. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, anotando no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação, como a perda de regularidade fiscal ou trabalhista (art. 19, inciso VII);

6.21.6. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações, com menção ao desempenho na execução, para fins de atesto de capacidade técnica ou aplicação de penalidades (art. 19, inciso VIII);

6.21.7. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, com as seguintes atribuições específicas (art. 19, inciso X):

6.21.7.1. Receber as notificações dos fiscais;

6.21.7.2. Analisar a gravidade da infração reportada;

6.21.7.3. Instruir o processo com provas e formalizar o descumprimento;

6.21.7.4. Sugerir a penalidade aplicável e calcular o valor da multa, se houver.

6.21.8. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos da contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Câmara no próximo ciclo de contratação (art. 19, inciso XIII);

6.21.9. Enviar a documentação pertinente à Divisão de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, certificando expressamente que o valor da nota fiscal confere com o quantitativo efetivamente recebido e validado pela fiscalização técnica (art. 19, inciso IX).

Obrigações da contratante

6.22. São obrigações da Câmara:

6.22.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da proposta ofertada;

6.22.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas, procedendo à conferência provisória e definitiva por meio dos fiscais designados, nos termos dos arts. 248 e 250 da Portaria CMC nº 384/2025, assegurando a verificação da conformidade das



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

especificações técnicas dos artigos de papelaria e escritório, as certificações ambientais e de procedência sustentável exigidas, bem como a validade ou vida útil mínima de 2/3 no ato da entrega para os itens colantes ou entintados;

6.22.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre quaisquer vícios, defeitos, avarias de transporte, sinais de ressecamento, perda prematura de colagem ou desconformidade com os padrões de embalagem coletiva e marcas aceitas, fixando o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a regularização ou substituição integral dos itens rejeitados, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

6.22.4. Efetuar o pagamento à contratada no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da finalização da liquidação da despesa, mediante ordem bancária, conforme estabelecido no art. 268 da Portaria CMC nº 384/2025, condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da empresa;

6.22.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Portaria CMC nº 384/2025 e neste Termo de Referência, garantido o contraditório e a ampla defesa;

6.22.6. Cientificar a Procuradoria Legislativa para análise jurídica e adoção das medidas cabíveis quando houver necessidade de rescisão contratual, aplicação de sanções graves ou execução da garantia, nos termos do art. 287 da Portaria CMC nº 384/2025;

6.22.7. Analisar e decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual:

6.22.7.1. A Administração terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para decidir sobre requerimentos gerais, admitida a prorrogação motivada.

6.22.7.2. Nos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (reequilíbrio), o Gestor da contratação deverá elaborar manifestação técnica preliminar no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento do pleito instruído, encaminhando o processo para análise financeira e jurídica subsequentes, conforme rito do art. 242 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.22.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência da contratada na entrega dos suprimentos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Obrigações da contratada

6.23. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

6.23.1. Fornecer os materiais de expediente de escritório em estrita conformidade com as descrições, quantitativos, unidades de medida e padrões comerciais especificados na tabela deste Termo de Referência, garantindo que todos os itens sejam novos e livres de defeitos de fabricação ou rebarbas plásticas;

6.23.2. Entregar os produtos colantes ou entintados sujeitos a ressecamento ou perda de aderência, tais como as canetas esferográficas, marcadores de página, fitas adesivas e blocos autoadesivos, com prazo de validade ou vida útil recomendada na data de entrega **não inferior a 2/3 (dois terços) do tempo total estipulado pelo fabricante;**

6.23.3. Assegurar que os materiais sejam entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, limpas e adequadas para o transporte e armazenamento seguro, contendo externamente os dados de identificação do produto, marca, fabricante e a quantidade exata de unidades em conformidade com as apresentações coletivas exigidas;

6.23.4. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos latentes ou danos decorrentes do objeto fornecido, bem como pela inadequação técnica ou precoce obsolescência dos materiais frente às especificações editalícias, de acordo com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor;

6.23.5. Entregar os bens diretamente no Serviço de Almoxarifado da Câmara Municipal de Cubatão, no endereço indicado neste TR, dentro do prazo máximo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento de cada Autorização de Fornecimento;

6.23.6. Comunicar à Câmara, por escrito e com justificativa devidamente fundamentada, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data limite de entrega, eventuais motivos de força maior ou caso fortuito supervenientes que impossibilitem o cumprimento do cronograma logístico individualizado, visando à análise de prorrogação de prazo pelo Gestor da contratação;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.23.7. Cumprir as diretrizes de logística reversa e sustentabilidade socioambiental previstas no ETP e na Lei Federal nº 12.305/2010, responsabilizando-se pelo adequado acondicionamento e triagem de todo o resíduo limpo gerado no faturamento das entregas parceladas, como caixas de papelão corrugado, bobinas de filme plástico e invólucros de fábrica, garantindo que sejam depositados nas áreas isoladas do Almoxarifado para destinação semanal às organizações locais de catadores integradas a esta Câmara;

6.23.8. Substituir ou reparar, integralmente às suas expensas, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a notificação formal emitida pela fiscalização, os itens que forem rejeitados por apresentarem avarias de transporte, ressecamento de componentes, perda de colagem ou inadequação com os padrões sustentáveis e técnicos exigidos no ato do recebimento provisório;

6.23.9. Manter, durante toda a vigência da contratação e da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidas para a contratação;

6.23.9.1. Quando não for possível a verificação automatizada das condições de regularidade no SICAF, a contratada deverá entregar ao Fiscal Técnico ou ao Gestor da contratação, junto à correspondente Nota Fiscal, as certidões comprobatórias de regularidade ativa perante as Fazendas de seu domicílio fiscal, bem como a CRF do FGTS e a CNDT, sob pena de suspensão do fluxo de liquidação e retenção do respectivo pagamento nos termos do art. 268 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.23.10. Responder civil e criminalmente por todo e qualquer dano patrimonial, material ou prejuízo direto causado à Administração ou a terceiros em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos durante o transporte, descarregamento e manipulação dos bens na sede deste Legislativo;

6.23.11. Atender às determinações e notificações regulares emitidas pela Fiscalização ou pela Gestão da contratação, prestando tempestivamente os esclarecimentos solicitados sobre a procedência das matérias-primas e dos lotes entregues, bem como apresentar, no ato de aceitação da proposta, as devidas certificações socioambientais dos papéis, como selos FSC ou CERFLOR, e a comprovação do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO para os itens plásticos e metálicos regulamentados, nos moldes da Portaria INMETRO nº 423/2021.

Extinção contratual



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.24. A extinção da contratação ocorrerá pelo adimplemento integral das obrigações, pelo decurso do prazo de vigência ou de forma antecipada, nas modalidades prevista no art. 271 da Portaria CMC nº 384/2025 (unilateral, consensual ou judicial).

6.25. A Câmara poderá determinar a extinção unilateral da contratação, após processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 273 da Portaria CMC nº 384/2025, especialmente:

6.25.1. Reiterado descumprimento das especificações técnicas e dos critérios de qualidade estabelecidos, notadamente a entrega de materiais de expediente que não atendam às normas regulamentares vigentes, como a ausência do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO para os itens plásticos/metálicos ou a falta de comprovação de origem florestal sustentável FSC/CERFLOR para os papéis de escritório, configurando fraude na execução do objeto;

6.25.2. Falha sistemática na operação de logística reversa, caracterizada pela recusa ou omissão no adequado acondicionamento, triagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos limpos de celulose, caixas de papelão e filmes plásticos gerados no descarregamento das entregas parceladas no Almoxarifado, descumprindo as diretrizes de sustentabilidade socioambiental e economia circular previstas no ETP e no Mapa de Riscos;

6.25.3. Atraso injustificado ou recusa no fornecimento dos suprimentos de papelaria e escritório que acarrete o desabastecimento das unidades administrativas, prejuízo às atividades de apoio institucional ou interrupção de projetos pedagógicos e legislativos desta Casa de Leis;

6.25.4. Decretação de falência, insolvência civil, instauração da dissolução da sociedade ou a ocorrência de alteração subjetiva que comprometa a capacidade técnica ou financeira da empresa para honrar os fornecimentos parcelados da Ata de Registro de Preços.

6.26. O procedimento para extinção unilateral observará o rito previsto no art. 287 da Portaria CMC nº 384/2025, compreendendo:

6.26.1. Relatório técnico circunstanciado do Gestor ou Fiscal indicando os fatos;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.26.2. Notificação da contratada para apresentar defesa prévia no prazo de **15 (quinze) dias úteis**;

6.26.3. Análise da defesa pelo Gestor e remessa à Procuradoria Legislativa para parecer jurídico sobre a legalidade do ato;

6.26.4. Decisão final fundamentada da Presidência da Câmara.

6.27. A extinção unilateral por culpa da contratada poderá acarretar a retenção de créditos até o limite dos prejuízos causados e das multas aplicadas, além das demais sanções cabíveis.

6.28. A extinção consensual poderá ocorrer por acordo entre as partes, desde que demonstrado o interesse público e formalizada mediante termo que preveja o cronograma de desmobilização.

6.29. Concluída a execução ou formalizada a extinção, o Gestor deverá verificar a quitação de eventuais multas e emitir o Termo de Recebimento Definitivo.

6.30. A contratação poderá ser extinta caso se constate que a contratada mantém vínculo de parentesco ou natureza técnica/financeira vedada com agentes públicos da Câmara, conforme art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dos casos omissos

6.31. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão decididos pela Presidência da Câmara, ouvida a Procuradoria Legislativa, nos termos do art. 337 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.32. A interpretação e integração das lacunas contratuais observarão a seguinte ordem de prevalência normativa:

6.32.1. As disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.32.2. As normas regulamentares internas, especialmente a Portaria CMC nº 384/2025;

6.32.3. Os regulamentos técnicos e especificações de conformidade estipulados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO aplicáveis aos artigos escolares e de escritório, as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal nº 12.305/2010, bem como os padrões internacionais de manejo florestal e cadeia de custódia, certificações FSC ou CERFLOR, estabelecidos para os papéis de escritório e celulose;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.32.4. Subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/1990, naquilo que for compatível com o regime jurídico de direito público, considerando a Câmara na qualidade de consumidora final e usuária dos materiais fornecidos.

6.33. Em caso de conflito entre normas, prevalecerá aquela que melhor garantir a segurança dos usuários e a continuidade do serviço público, vedada a interpretação que restrinja a ampla defesa ou imponha obrigações desproporcionais não previstas no instrumento convocatório.

Alterações

6.34. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos arts. 227 a 245 da Portaria CMC nº 384/2025, podendo ser unilaterais ou consensuais.

6.35. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

6.35.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que não acarretem prejuízo à Administração.

6.36. Qualquer alteração contratual que implique modificação de valor, prazo ou especificações técnicas deverá ser precedida de processo administrativo instruído obrigatoriamente com:

6.36.1. Justificativa fundamentada do Gestor da contratação e Nota Técnica demonstrando a necessidade e a vantajosidade da alteração;

6.36.2. Declaração de disponibilidade orçamentária emitida pela Divisão de Contabilidade e Finanças para acréscimos de despesa;

6.36.3. Parecer jurídico prévio da Procuradoria Legislativa sobre a legalidade da alteração;

6.36.4. Autorização formal da Autoridade Competente.

6.37. As alterações de cláusulas contratuais, incluindo acréscimos quantitativos, prorrogações de vigência e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, serão formalizadas mediante



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

celebração de Termo Aditivo, cuja minuta deverá ser elaborada exclusivamente pela Procuradoria Legislativa, nos termos do art. 245 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.38. O registro de fatos que não caracterizam alteração da substância contratual será realizado por simples Termo de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, nas seguintes hipóteses:

- 6.38.1. Reajuste de preços por aplicação do índice previsto;
- 6.38.2. Atualização de dados cadastrais da contratada;
- 6.38.3. Empenho de dotações orçamentárias suplementares.

Foro

6.39. Fica definido o Foro da Comarca de Cubatão para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O licitante ou a contratada que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara Municipal de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.1.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.

7.1.2. As sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.2. Na aplicação das sanções a que se refere o item 7.1, serão considerados:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

a) a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Câmara;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2.1. São circunstâncias agravantes da sanção:

7.2.1.1. a existência de registro do licitante ou da contratada no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções ou na Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

7.2.1.2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

7.2.1.3. a inércia deliberada do licitante ou da contratada em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

7.2.1.4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

7.2.2. São circunstâncias atenuantes da sanção:

7.2.2.1. a falha escusável do licitante ou da contratada;

7.2.2.2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por esses últimos;

7.2.2.3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

7.2.2.4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.3. A advertência será aplicada à contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Câmara.

7.4. A **multa**, aplicável à contratada ou ao licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

7.4.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, corridos, aplicada em acréscimo à da alínea "a";
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

7.4.2. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta seção.

7.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

7.5. A sanção de **impedimento de licitar ou contratar no âmbito desta Câmara** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas previstas nas alíneas adiante especificadas do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- a) por 2 (dois) meses: deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) por 4 (quatro) meses: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) por 1 (um) ano: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) por 2 (dois) anos: dar causa à inexecução total do contrato.

7.5.1. Os prazos de que trata este item poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

7.6. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) se justificarem a imposição de penalidade mais grave:
 - 1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 2. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

7.6.1. A aplicação da sanção prevista neste item impedirá a contratada ou o licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

7.6.1.1. O prazo a que alude este item poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

7.6.2. Para os fins da conduta de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

7.7. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à Procuradoria Legislativa.

7.7.1. Nas contratações em que houver prestação de garantia, os emitentes desta deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7.2. Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento da notificação, cabendo ao Gestor Legislativo da Câmara decidir sobre o sancionamento.

7.7.2.1. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá a contratada ser comunicada de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

7.7.3. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

estáveis, designados por portaria do Presidente da Câmara, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.7.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.7.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.7.3.3. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

7.7.3.4. Os processos de responsabilização previstos neste item deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Procuradoria Legislativa da Câmara para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

7.7.3.5. Após a manifestação da Procuradoria Legislativa, o relatório final da comissão será encaminhado ao Gestor Legislativo da Câmara, a quem compete:

- a) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- b) encaminhar o processo ao Presidente da Câmara, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

7.7.4. Da decisão do Gestor Legislativo da Câmara que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação.

7.7.4.1. O recurso de que trata este item será dirigido ao Gestor Legislativo da Câmara, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

7.7.4.2. Caso o Gestor Legislativo da Câmara decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Câmara, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

7.7.5. Da decisão do Presidente da Câmara que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

7.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

7.7.7. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de notificação ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Fornecimento ou na Ordem de Execução de Serviços, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina, ou para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.7.7.1. Os endereços de e-mail referidos neste item serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.7.7.2. Resultando infrutífera a intimação por meio do endereço eletrônico, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.

7.8. A imposição das sanções previstas no presente instrumento não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Cubatão.

7.9. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal e as providências de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

7.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Presidente da Câmara poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal de Cubatão.

7.14.1. Considera-se dia do começo do prazo:

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

7.14.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

7.15. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no SICAF, na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

7.16. É admitida a reabilitação do licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

7.16.1. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.17. Os débitos da contratada para com a Câmara Municipal de Cubatão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Do recebimento

8.1.1. Os procedimentos de recebimento dos materiais de expediente obedecerão ao estabelecido pelas Seções I e II do Título V da Portaria CMC nº 384/2025, desenhado para conferir máxima conformidade à recepção dos insumos, da seguinte forma:

8.1.1.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos itens na sede da Câmara pelo encarregado do Serviço de Almoxarifado, limitando-se à conferência sumária da quantidade de volumes descritos na nota fiscal e ao estado geral de lacre das embalagens de fábrica.

8.1.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes ou durante o recebimento provisório, quando em manifesto desacordo com as especificações técnicas, apresentando avarias de transporte, sinais visíveis de



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ressecamento ou prazo de validade inferior ao limite exigido, devendo ser substituídos integralmente pela contratada no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação formal, às suas exclusivas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.1.1.3. A aferição detalhada e a verificação da regularidade fiscal e trabalhista serão feitas pelos Fiscais Técnico e Administrativo, os quais terão o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da entrega no Almoxarifado, para conferir as especificações técnicas detalhadas de cada um dos itens fornecidos e emitir o Termo de Recebimento Provisório Técnico e Administrativo. Após a aprovação dos fiscais, o Gestor da Contratação emitirá o Termo de Recebimento Definitivo em **até 5 (cinco) dias úteis**, o qual servirá de documento hábil para instruir a liquidação da despesa.

8.1.1.4. Para as ordens de fornecimento decorrentes de contratações diretas cujos valores totais não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo máximo para a emissão do recebimento definitivo será de **até 2 (dois) dias úteis**, contados da emissão do termo provisório pelos fiscais.

8.1.1.5. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada e justificada pelo Gestor, por igual período, quando houver necessidade de realização de diligências ou exames para a aferição do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO ou validação das certificações ambientais FSC/CERFLOR dos papéis.

8.1.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, como a rejeição pontual de um lote de pastas ou réguas fora das dimensões especificadas, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, notificando-se a empresa para a emissão de nota fiscal fatura correspondente e apenas à parcela incontroversa do fornecimento, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.1.7. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução, tais como a troca de itens danificados, reposição de unidades faltantes ou regularização de restrições nos documentos fiscais e certidões, suspenderá a contagem do tempo regulamentar e não será computado para os fins do recebimento definitivo.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela qualidade estrutural e conformidade dos insumos, nem implicará corresponsabilidade da Câmara por falhas de fabricação.

8.1.1.9. As atividades de transporte, descarga direta nas dependências do Serviço de Almoxarifado e a triagem física inicial das embalagens de faturamento e caixas de papelão secundárias correm inteiramente por conta da contratada, constituindo condição obrigatória para o aceite provisório do objeto, visando ao atendimento do plano de logística reversa pactuado com as organizações locais de catadores, ABC Marbas e ReciclaCub.

8.1.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada, especialmente quanto a vícios ocultos ou redibitórios constatados durante o uso rotineiro dos artigos de papelaria, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do art. 253 da Portaria CMC nº 384/2025.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal e emitido o Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor, o prazo para a liquidação da despesa pela Divisão de Contabilidade e Finanças será de **até 10 (dez) dias úteis**.

8.2.1.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa fundamentada do Gestor da contratação, quando houver a estrita necessidade de realização de diligências complementares.

8.2.1.2. O prazo para a liquidação será reduzido à metade, **5 dias úteis**, nas Autorizações de Fornecimento decorrentes de contratações de pequeno valor, com base no montante definido no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2.2. Para fins de liquidação, o Gestor da contratação e a fiscalização administrativa deverão certificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos essenciais obrigatórios, tais como:

8.2.2.1. A descrição exata do objeto fornecido, em alinhamento com a tabela de itens deste TR;

8.2.2.2. A data da efetiva entrega pontual no Almoxarifado;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.2.2.3. O valor unitário e total, conferindo com os preços registrados na Ata de Registro de Preços vigente;

8.2.2.4. O destaque das retenções tributárias cabíveis, observando-se a parametrização do regime fiscal diferenciado do Simples Nacional, caso a adjudicatária vencedora seja enquadrada nessa modalidade;

8.2.2.5. A referência explícita ao número da Autorização de Fornecimento correspondente e da respectiva Nota de Empenho.

8.2.3. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação, a ser constatada por meio de consulta on-line obrigatória ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais, abrangendo:

8.2.3.1. Regularidade Fiscal;

8.2.3.2. Regularidade trabalhista (CNDT) e previdenciária (INSS/FGTS);

8.2.3.3. Cumprimento das diretrizes de proteção ao menor e consulta ativa aos cadastros de empresas punidas ou suspensas, incluindo o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).

8.2.4. Constatando-se situação de irregularidade fiscal, trabalhista ou regulatória da contratada nas consultas:

8.2.4.1. A contratada será formalmente notificada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularizar sua situação cadastral ou apresentar defesa prévia, admitida a prorrogação motivada uma única vez por igual período;

8.2.4.2. Não havendo a devida regularização das certidões ou do cadastro no prazo estipulado, a Câmara reterá preventivamente o pagamento da nota fiscal correspondente até a total solução da pendência ou, diante da gravidade e reiteração do descumprimento, decidirá pela extinção unilateral da contratação, conforme o procedimento estabelecido pela Portaria CMC nº 384/2025;

8.2.4.3. A existência de irregularidade fiscal ou restrição de certidões não obstará o pagamento financeiro referente aos materiais de expediente que já tenham sido efetivamente entregues, conferidos tecnicamente e recebidos em



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

caráter definitivo pela Câmara, a fim de obstar o enriquecimento ilícito da Administração Pública, sem prejuízo da instauração imediata de processo administrativo sancionatório para aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do art. 266, parágrafo único, da Portaria CMC nº 384/2025.

8.2.5. Havendo erro material, omissão de dados na nota fiscal ou qualquer circunstância formal que impeça o regular processamento da liquidação, o prazo fixado ficará suspenso a partir da notificação do fornecedor, reiniciando-se a contagem integral do tempo regulamentar no primeiro dia útil subsequente à reapresentação do documento devidamente saneado, sem qualquer ônus financeiro ou aplicação de juros moratórios para esta Câmara.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da finalização da liquidação da despesa, mediante ordem bancária creditada na conta corrente de titularidade da Contratada.

8.3.1.1. Considera-se data do pagamento o dia da emissão da respectiva ordem bancária, nos termos do art. 268, § 2º, da Portaria nº 384/2025.

8.3.2. No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Câmara, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre a data final para o adimplemento e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, pro rata die.

8.3.3. O pagamento estará sujeito às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente (IRRF, INSS, ISSQN), conforme o regime tributário da Contratada (Lucro Real, Presumido ou Simples Nacional), devendo a Nota Fiscal destacar as alíquotas devidas.

8.3.3.1. Para empresas optantes pelo Simples Nacional, o pagamento observará as regras de não retenção de tributos federais (PIS/COFINS/CSLL), desde que apresentada a declaração/anexo comprobatório da opção juntamente com a nota fiscal, nos moldes do art. 270 da Portaria nº 384/2025.

8.4. Forma de pagamento



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, mantida em instituição financeira oficial ou credenciada.

8.4.1.1. É vedado o pagamento em conta de terceiros ou por meio de saque em espécie.

8.4.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para crédito em favor da Contratada, independentemente da data de compensação bancária efetiva na conta do favorecido.

8.4.3. Quando do pagamento, a Câmara efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos na legislação tributária vigente, especialmente o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, aplicando as alíquotas correspondentes à natureza de fornecimento de bens/mercadorias.

8.4.3.1. A Contratada deverá destacar na Nota Fiscal o valor dos tributos sujeitos à retenção, sob pena de devolução do documento para correção.

8.4.4. A Contratada regularmente optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e COFINS).

8.4.4.1. O pagamento sem retenção fica condicionado à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal, da Declaração de Opção pelo Simples Nacional (anexo IV da IN RFB nº 1.234/2012 ou documento equivalente do sistema fiscal), comprovando o enquadramento vigente no mês de competência do fornecimento.

8.4.4.2. A ausência do documento comprobatório do enquadramento impedirá o pagamento ou sujeitará a Contratada às regras de retenção aplicáveis às empresas do regime geral de tributação.

8.5. Antecipação de pagamento

8.5.1. É expressamente vedada a realização de pagamento antecipado pelo fornecimento dos materiais, devendo a liquidação da despesa ocorrer somente após a efetiva entrega, seguida do consequente ateste de conformidade pelo Fiscal Técnico, nos termos dos arts. 248 e 250 da Portaria CMC nº 384/2025.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão, sob a forma eletrônica**, visando ao **Registro de Preços**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e em observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e à Portaria CMC nº 384/2025.

9.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, considerando a unidade de medida ou a embalagem coletiva padronizada de cada material de expediente, como caixas, pacotes ou unidades, visto que as especificações técnicas e de qualidade são comuns e corriqueiras no mercado de papelaria, não havendo complexidade que justifique avaliação de técnica e preço.

9.1.3. A **adjudicação do objeto será feita por item**, visando suprir de forma gradual a carência e o desabastecimento do estoque da Câmara, garantir a conformidade com os padrões comerciais mais abundantes e obter a proposta mais vantajosa por meio de ampla concorrência entre distribuidoras e fornecedores do setor varejista e atacadista, em consonância com as justificativas de modelagem do ETP.

9.1.4. Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme os artigos 76, inciso I, e 98 da Portaria CMC nº 384/2025, visando fomentar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.5. O Edital estabelecerá intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, definido em valor nominal fixo em Reais, visando garantir o dinamismo da disputa e a proporcionalidade em relação ao valor do objeto de menor vulto ou de itens homogêneos, nos termos do art. 78 da Portaria CMC nº 384/2025.

9.1.6. Para fins de habilitação e conformidade técnica no ato do recebimento, os materiais deverão ser entregues novos, sem defeitos de fabricação, em suas embalagens originais de fábrica lacradas, devendo os itens contínuos sujeitos a ressecamento ou perda de aderência estar em perfeitas condições de fluidez e funcionalidade, sob pena de recusa pelo Fiscal Técnico no Almoxarifado, em conformidade com as diretrizes de redução de riscos e qualidade descritas no ETP.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.2. Critérios de aceitabilidade dos preços

9.2.1. Em se tratando de contratação para registro de preços, adotado o critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.2.1.1. Valores unitários: conforme a tabela constante do item 1.1. deste Termo de Referência, fixando-se como limite máximo aceitável o valor estimado para cada item de material de expediente, definido com base na mediana da pesquisa de mercado obtida, em consonância com as diretrizes de precificação e orçamentação da Portaria CMC nº 384/2025.

9.3. Forma de fornecimento e regime de execução

9.3.1. O fornecimento do bem será **parcelado**.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial do Governo Federal;

9.4.1.1.4. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;

9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.4.1.2.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando o estrito cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou de Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

9.4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, tendo em vista a incidência de ICMS sobre a aquisição de materiais de expediente;

9.4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com ênfase nos tributos incidentes sobre a circulação de mercadorias.

9.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1.2.8. Os documentos exigidos para fins desta habilitação fiscal, social e trabalhista poderão ser integralmente substituídos pelo registro cadastral ativo e regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ferramenta integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, ou em sistema semelhante mantido pelo Município de Cubatão, desde que abrangidos pela plataforma.

9.4.1.2.9. Para fins do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, o licitante enquadrado como Microempreendedor Individual - MEI apresentará o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, instrumento que supre e dispensa a exigência isolada de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, haja vista que as referidas informações fiscais constam de modo unificado no próprio certificado oficial.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo global aceitável para o conjunto de itens fracassados a serem repostos, é de **R\$ 19.115,10 (dezenove mil cento e quinze reais e dez centavos)**, conforme os custos unitários máximos detalhados na tabela orçamentária constante do item 1.1. deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de preços foi precedida de ampla pesquisa de mercado, materializada na Nota Técnica de Pesquisa de Preços - NTPP constante dos autos deste processo, calculada com base na mediana dos valores obtidos em conformidade com os artigos 41, 42 e 43 da Portaria CMC nº 384/2025.

10.3. O orçamento estimado da contratação terá caráter público, devendo constar expressamente do Edital de Licitação para balizar a formulação das propostas e lances dos licitantes, nos termos do art. 46, § 3º, da Portaria CMC nº 384/2025.

10.4. Sendo a contratação estruturada sob a sistemática do Sistema de Registro de Preços - SRP, os preços registrados poderão ser alterados, revistos ou atualizados pela Câmara decorrentes de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fatos que elevem o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ainda em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de novas disposições legais, com comprovada repercussão financeira sobre os preços registrados na Ata;

10.5. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de elaboração do orçamento estimado, **fixada em 28.5.2026**.

10.6. Caso a vigência da Ata de Registro de Preços ultrapasse o interregno de 1 (um) ano contado da data descrita no item 10.5, os preços registrados remanescentes serão reajustados mediante a aplicação, por iniciativa desta Câmara, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para os itens e obrigações decorrentes de Autorizações de Fornecimento expedidas após a ocorrência da referida anualidade.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso aplicável em contratações decorrentes, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir do marco gerador dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

10.8. No caso de atraso ou não divulgação oficial do índice de reajustamento por parte do órgão de pesquisa competente, a Câmara pagará as obrigações calculadas com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente em favor da contratada tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.9. Nas aferições e liquidações finais do fornecimento dos materiais, o índice utilizado para o cálculo do reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.10. Caso o IPCA venha a ser extinto ou, de qualquer forma jurídica, não possa mais ser utilizado como indexador de preços contratuais, será adotado em sua substituição o índice que vier a ser determinado pela legislação federal então em vigor.

10.11. Na ausência de previsão ou imposição legal quanto ao índice substituto oficial, as partes elegerão, de comum acordo, novo índice oficializado para o reajustamento do preço do valor remanescente, formalizado por meio de termo aditivo.

10.12. A aplicação do reajuste de preços de que trata este item será realizada formalmente por simples apostilamento, dispensando a celebração de termo aditivo, conforme as regras procedimentais da Administração Pública.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Autorização de Fornecimento, tendo em vista a adoção do Sistema de Registro de Preços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cubatão/SP, data da assinatura digital.

Daniel José Feitosa Santos

Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações - matrícula 2232



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo de Compra nº 28/2026

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais de expediente de escritório, visando à reposição, manutenção e ampliação do estoque da Câmara Municipal de Cubatão, incluindo a logística de entrega parcelada e gradual conforme a necessidade.

À Câmara Municipal de Cubatão

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, telefone () _____, e-mail _____, abaixo assinada por seu representante legal, propõe fornecer o objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes do Edital e seus anexos, pelos preços unitários e totais abaixo descritos:

Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor total
					R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						R\$

Prazo de entrega: até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, admitida prorrogação excepcional mediante justificativa aceita pelo Gestor.

Local de entrega: diretamente no Serviço de Almoxarifado, localizado na sede da Câmara Municipal de Cubatão/SP, Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, CEP 11510-039, correndo todas as despesas de transporte, carga e descarga por conta exclusiva desta contratada.

Validade da proposta: 90 dias.

Todos os itens acima indicados serão entregues novos, sem defeitos de fabricação, em suas embalagens originais de fábrica devidamente lacradas. Para os materiais contínuos sujeitos a ressecamento ou perda de aderência, como canetas esferográficas, marcadores, fitas adesivas e blocos autoadesivos, os produtos apresentarão perfeitas condições de conservação, fluidez, fixação e funcionalidade imediata.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Declaramos que os artigos escolares e de escritório cotados, especificamente as réguas plásticas, tesouras e cliques metálicos, ostentam o Selo de Identificação da Conformidade emitido pelo INMETRO, atendendo integralmente às diretrizes da Portaria INMETRO nº 423/2021 quanto aos parâmetros de durabilidade e isenção de ligas metálicas pesadas tóxicas.

Declaramos que todos os materiais compostos por fibras de celulose ofertados, como papel vergê creme e papel para flip chart, foram fabricados com polpa originada de florestas plantadas sob regime de manejo sustentável, possuindo certificações ambientais idôneas e válidas, como os selos FSC ou CERFLOR.

Declaramos que nos preços unitários e globais ofertados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento do objeto, abrangendo frete, custos de descarregamento, tributos incidentes, seguros, taxas e encargos trabalhistas ou previdenciários.

Declaramos que inexistirá, no ato da assinatura do ajuste, qualquer grau de parentesco ou afinidade, até o terceiro grau, com sócios, diretores ou representantes desta proponente perante os agentes públicos formalmente designados para a gestão e fiscalização deste contrato na Câmara Municipal de Cubatão.

Aceitamos irrestritamente todas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços, submetendo-nos de forma integral às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao regramento interno desse Poder Legislativo fixado pela Portaria CMC nº 384/2025.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente:
_____ Chave PIX (se houver): _____

Local e data: _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

CPF

Cargo/Função



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRA Nº 28/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/.....

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO**, com sede na Praça dos Emancipadores, s/nº, Centro, na Cidade de Cubatão/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.642.635/0001-23, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr....., RG nº....., CPF nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade **pregão, na forma eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/202....., **Processo de Compra nº 28/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Portaria CMC nº 384, de 28 de novembro de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **aquisição de materiais de expediente de escritório, visando à reposição, manutenção e ampliação do estoque da Câmara Municipal de Cubatão, incluindo a logística de entrega parcelada e gradual conforme a necessidade.**

1.2. O objeto está especificado na **tabela do item 1.1. do Termo de Referência**, anexo do Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, as quais vinculam a adjudicatária desta Ata independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor total
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Cubatão.
- 3.2. Além do gerenciador, **não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. **Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação** por órgãos ou entidades não participantes, em observância ao planejamento consolidado no Plano de Contratações Anual - PCA 2026 e o disposto no ETP.
- 4.2. A vedação fundamenta-se no caput do art. 213 da Portaria CMC nº 384/2025, bem como no fato de que o modelo de fiscalização técnica e administrativa exige o controle em tempo integral do saldo e da vantajosidade dos preços frente ao mercado, e que a contratação foi dimensionada de forma exclusiva para atender ao Documento de Oficialização da Demanda - DOD.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.**
- 5.1.2. Cada Autorização de Fornecimento decorrente da ata de registro de preços observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Antes da formalização de cada Autorização de Fornecimento deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela Câmara por intermédio de Autorização de Fornecimento, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.1. Cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2. mantiverem sua proposta original.

5.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4. O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Ata e no Edital.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto nesta Ata, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.11.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cubatão, de de 2026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor total
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor total
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____ CONTRATADO: _____ AUTORIZAÇÃO _____ DE
FORNECIMENTO Nº (DE ORIGEM): __ OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: __

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: __

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: __



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Assinatura: ____

Pela contratada:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _

Cargo: _

CPF: ____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: ____

Cargo: _

CPF: ____

Assinatura: ____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

ANEXO V

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº XX/XXXX

À Empresa XXXXXXXXX

CNPJ n. XXXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXX

A/C Sr.(a). XXXXXX; Tel.: (XX) XXXXXXXX; e-mail: xxxxxxxxx

Conforme os documentos que integram o **Processo de Compra nº 28/2026**, deverá essa empresa fornecer o objeto de acordo com a descrição abaixo, com o Termo de Referência e com a proposta comercial apresentada e pelos preços cotados, que vão transcritos a seguir, observando também as seguintes condições gerais:

1) FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: Pregão Eletrônico nº XX/2026, Ata de Registro de Preços nº XX/2026 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, além da Portaria CMC nº 384/2025.

2) NOTA(S) DE EMPENHO: XXXXXXXX, emitida em XX/XX/XXXX.

3) NOTA FISCAL ELETRÔNICA: Deverá ser emitido DANFE com a descrição exata do objeto. Os títulos não poderão ser colocados em cobrança bancária (factoring ou duplicatas), sob pena de rescisão e sanções.

4) LOCAL DE ENTREGA: Câmara Municipal de Cubatão, localizada na Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, CEP 11510-039, Cubatão/SP, no setor de almoxarifado.

5) CONDIÇÕES DE ENTREGA: O recebimento dos materiais de expediente ocorrerá exclusivamente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Serviço de Almoxarifado da Câmara. A entrega compreende a obrigação do fornecedor de realizar o descarregamento dos produtos. É vedada a entrega de itens que apresentem sinais de umidade, defeitos de fabricação, embalagens originais de fábrica violadas ou, para os materiais contínuos sujeitos a ressecamento ou perda de aderência, condições que comprometam a sua fluidez e imediata funcionalidade.

6) PRAZO DE ENTREGA: Até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento desta Autorização de Fornecimento.

7) PRAZO PARA PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da regular liquidação da despesa, com o devido ateste documental emitido pelo Fiscal Técnico, mediante ordem bancária eletrônica, conforme art. 268 da Portaria CMC nº 384/2025.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8) RETENÇÕES DE TRIBUTOS NOS PAGAMENTOS: Serão realizadas conforme a legislação em vigor. O pagamento está condicionado à manutenção da regularidade fiscal. É proibido o pagamento antecipado.

9) SANÇÕES: Pela mora ou inexecução total ou parcial, a Administração poderá aplicar as sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhado na Seção 7 do Termo de Referência.

10) NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES: A empresa deverá manter seu(s) endereço(s) de e-mail(s) atualizado(s) nesta Câmara Municipal de Cubatão e estar ciente de que eventuais notificações e comunicações formais serão efetuadas no(s) endereço(s) de e-mail(s) do preâmbulo. Caso a empresa não seja localizada, será notificada pelo Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão (endereço eletrônico <https://diariooficial.cubatao.sp.gov.br/>), meio oficial de publicação e de eventual divulgação de atos processuais e administrativos, bem como das comunicações em geral entre as partes.

Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor total
					R\$	R\$

Cubatão/SP, de de 2026.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cubatão